



Os SEIXAL NA HISTÓRIA  
Os ANOS DA I GUERRA MUNDIAL



# O SEIXAL NA HISTÓRIA: OS ANOS DA I GUERRA MUNDIAL

---



**E**m 28 de julho de 1914, a Áustria-Hungria declarou guerra à Sérvia, um mês após o assassinato do arquiduque Francisco Fernando pelo sérvio-bósnio Gavrilo Princip, em Sarajevo.

Rapidamente o conflito alastrou pela Europa e depois para o resto do mundo, refletindo uma intrincada rede de interesses e de relações diplomáticas.

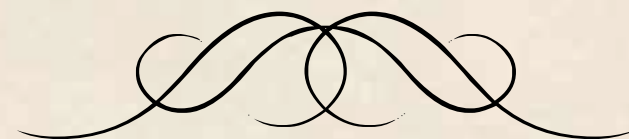
Inicialmente, e sem que houvesse uma declaração formal de guerra, Portugal participou apenas com o envio de tropas para defesa das colónias africanas, que estavam a ser alvo de ameaça por parte da Alemanha. Porém, em 23 de fevereiro de 1916, a pedido de Inglaterra, Portugal apreendeu todos os navios alemães em águas nacionais, o que justificou a declaração oficial de guerra a Portugal pela Alemanha, a 9 de março de 1916. Em janeiro de 1917, as primeiras tropas do Corpo Expedicionário Português seguiam para a guerra na Flandres. Posteriormente, Portugal participou, também, em combates em França.

O armistício, que pôs fim à guerra, foi assinado a 11 de novembro de 1918. Entretanto, cerca de 200 mil portugueses estiveram envolvidos, sendo que as perdas ascenderam a quase 10 mil mortos e milhares de feridos.

Apresentamos um conjunto de documentos que integram o acervo do Arquivo Municipal do Seixal e que constituem testemunhos da participação de Portugal na guerra. Recorreu-se, ainda, às imagens da revista *Ilustração Portuguesa*, disponível em [www.hemerotecadigital.cm-lisboa.pt](http://www.hemerotecadigital.cm-lisboa.pt). Cem anos decorridos sobre o início de um dos maiores conflitos internacionais, pretende-se, desta forma, revelar a existência de fontes de história local que justificam um estudo mais aprofundado e o surgimento de trabalhos que contextualizem o envolvimento dos concelhos e suas populações em acontecimentos que marcaram a história nacional e mundial.

Os documentos foram agrupados em seis áreas temáticas: I – Segurança e Mobilização da Nação; II – Os Homens nas Fileiras da Guerra; III – Crise Económica e Social; IV – Apoio Social; V – Pneumónica (que não estando diretamente relacionada com a guerra, contribuiu para a contexto de crise que se vivenciou) e VI – Homenagens.





I SEGURANÇA E MOBILIZAÇÃO DA NAÇÃO

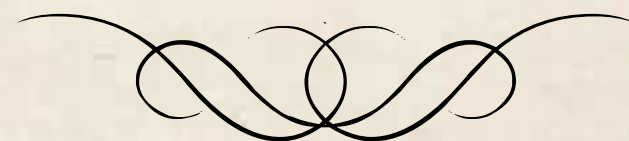
II OS HOMENS NAS FILEIRAS DA GUERRA

III CRISE ECONÓMICA E SOCIAL

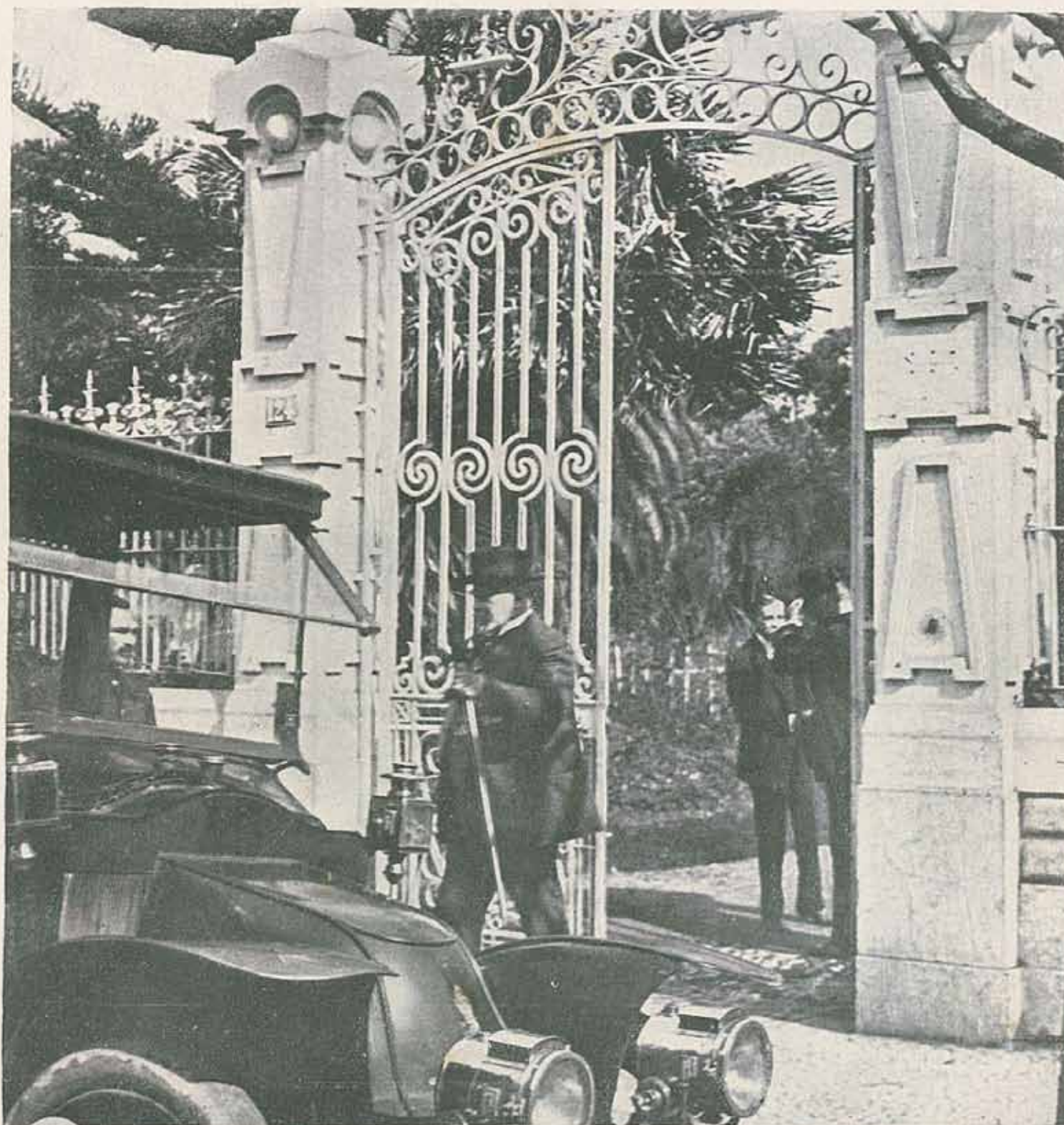
IV APOIO SOCIAL

V PNEUMÓNICA

VI HOMENAGENS



As malas saindo do palácio da legação alemã para serem conduzidas à estação do caminho de ferro



O ministro da Alemanha saindo da legação de Hespanha, acompanhado do sr. Daehnhardt, consul alemão  
(Clichés Benollet).

## I SEGURANÇA E MOBILIZAÇÃO DA NAÇÃO



GOVERNO CIVIL  
DO  
DISTRICTO DE LISBOA

SERVIÇO DA REPUBLICA

ENTRADA  
3 8 1915-  
Reg. nº 1.º 215-

2.ª Repartição

Ao Snr. Presidente da Camara municipal de Seixal.

90799

A fim de se poder informar sobre uma consulta do Consul geral em Londres relativa ao requerimento de Etrich Anna Schlegel que pretende ser inscrita no Registo do referido Consulado como portuguesa, visto ter nascido em Portugal na freguesia da Amora d'esse concelho, onde foi baptisada, em 30 de agosto de 1895, filha de Ernesto Alexandre Schlegel natural de Tilsit e de Helena Heck natural da Bohemia, encarrega-me o ex.mo governador civil de lhe rogar que se sirva informar se o pai fez alguma declaração perante essa municipalidade nos termos do art.º 18.º § 1.º doCodigo Civil, de que não desejava que a filha seguisse a nacionalidade portuguesa.

Saude e Fraternidade. Lisboa 2 agosto 1915.

O secretario geral,



---

1.1 – 2 de agosto de 1915  
Carta do Governo Civil de Lisboa para o presidente da câmara, pedindo uma informação acerca da filha de alemães, nascida em Amora, e que pretende ter nacionalidade portuguesa.



24 março 6

261 Ex. mo. Governador Civil do  
Distrito de  
Lisboa

Fui a honra de enviar a V. Ex.<sup>a</sup>  
o cadastro dos subditos alemães, re-  
sidentes neste Concelho.

São apenas dois: Joseph Schoppert,  
meu cadador da fabrica de  
Mentela e sua mulher Marie  
Petronella Schoppert, nta de origem  
Belga. O Joseph apresentou um  
documento da administração Prus-  
siana da cidade Stachin de 6  
de março de 1911, em que dita  
de ser considerada subdito alemão,  
para entrar na nacionalidade  
Belga. Apresenta igualmente  
uma carta da Legação da Belgi-  
ca em Lisboa de 27 de outubro de  
1914, na qual o referido recorre

gado lhe declara ser-lhe impos-  
sível apresentar-lhe, se esta  
vez, os documentos de natura-  
lização Belga, por de solicitados.

Declaro mais que mantenho  
meu propósito de se naturalizar  
Belga, para o que aguarda os  
documentos necessários.

Os outros alemães que residiam  
neste Concelho, já naturalizaram-se  
na Alemanha.

Paz e Fraternidade

O Admin. do Concelho  
Victor da Costa Chaves

1.2 – 24 de março 1916  
Cópia de carta do administra-  
dor do concelho para o Gover-  
no Civil informando que só vi-  
vem no concelho dois alemães,  
que já se naturalizaram belgas.



30 Abril 6

404

Com. do Sr. Delegado da 1.ª Comarca  
do

Seixal

Para os 2 vidros <sup>de</sup> pastilhas a lã que  
se retiraram para os estrangeiros os  
seguientes subditos alemães, nomes de  
secrelos 2313 e 2355:

Emilio Burding. e familia

Heinrich Kraus. 2 ann.

Edmund Fiedt 2 ann.

Rudolph Puchinger, 4 ann.

August Burding. 1 ann.

Georg Hermb 1 ann.

Residentes em

Amora

E depois d'aquelles secrelos.

Karl Prager e familia - Austriaco

Heinrich Weninger, 1 ann. - 1 ann.

Joseph Schampagne, e familia, subdito

alemão, residente, na Vila de Marinho

Aventell, e Ignaz Moerdling, italiano,

residente na S.ª Paróquia de S. Maria,

d'esta villa do Seixal, e foram

Mandados apparecer no quartel  
da 1.ª Divisão militar, por terem che-  
gado 10 annos a mais de 45 annos,  
nos subditos alemães, Oswald  
Berder e Guithenne Berder, res-  
tando tambem na referida frequen-  
cia de Amora, sendo estes sujeitos in-  
ternatos e os outros subditos, todos  
para fora do territorio da Republica.

Lance e testem. de

Ass. do Concelho  
Eduardo da Silva de Aguiar

1.3 - 30 de abril de 1916

Cópia da carta enviada pelo ad-  
ministrador do concelho ao de-  
legado da Comarca do Seixal,  
informando dos alemães que  
residiam no concelho e se reti-  
raram para o estrangeiro.





1.ª REPARTIÇÃO

SECRETARIA GERAL

N.º 723

CIRCULAR



ENTRADA  
18 - 4 - 1916  
Reg.º 10012

## MENSAGEM DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

### Aos Municipios da Nação

*Ex.ª Senhor:*

A orgulhosa e perfida Alemanha, violadora de tratados e assassina de povos indefensos, declarou a guerra a Portugal, pretendendo, ao mesmo tempo lançar desdenhosamente sobre o povo portuguez o estigma de «vassallo da Inglaterra», por ter sabido conservar-se fiel á fé jurada.

A injuria, que o despeito impotente do teutão arremessou a Portugal, resvalou sobre o baluarte do nosso desprezo e desfez-se ante a serena altivez d'um povo, que, acima de tudo, colocou o seu amor á liberdade e sempre preferiu a morte com honra á vida com ignominia.

Na hora anciada e tremenda, em que os destinos da raça comum atravessam a crise mais violenta e grave que a Historia regista, Portugal, que encaneceu na virtude e no sacrificio, na abnegação e no desinteresse, fazendo a jornada dos seculos a semear louros e a colher violetas, modesto e heroico, que talhou para si um lar acanhado e estreito, á face do globo, alargando o mundo para o esplendor offuscante de uma civilisação, de que a humanidade se desvanesse, a terra portugueza, ingenua, amavel e boa, amando o relampago das enxadas e detestando as sintilações dos sabres, estremeceu de indignação, e desde logo repeliu energicamente a afronta germanica, apontando a seus filhos o logar que o brio e a dignidade nacional ofendidos lhes assignalavam, neste combate de gigantes, nesta guerra santa, em que o direito ha-de triunfar do arbitrio, a justiça dominar e vencer para sempre a iniquidade, a razão sobrepujar e resplandecer eternamente sobre a força e a liberdade reconquistar o terreno que lhe usurpou, por momentos, o despotismo teutonico.

A raiva do colosso não apavorou a alma portugueza. Se possivel fosse, toda a Nação esqueceria o insulto, só para se lembrar que d'ele resultou o poder desassombradamente testemunhar toda a sua simpatia, toda a sua fé na vitoria dos aliados, contribuindo tambem para ella com todo o seu esforço, com a audacia, a decisão e o esperançado entusiasmo, com que outr'ora se aventurou ao tenebroso, em busca de immortalidade e de gloria.

Era esse o seu caminho, nada o desviou dele. Quem uma vez batalhou, dominou e venceu a tirania dos elementos, realisando a façanha mais prodigiosa da historia da humanidade, não podia deixar de estar hoje ao lado dos que combatem a tirania dum povo, que, na preamar da sua avidez e da sua cubiça, é oceano, que só conhece tempestades, mar, encapelado e tragico, que só produz ruina, desolação e morte.

A Alemanha, que transformou os sabios em algozes, que pôz a sciencia ao serviço da carnificina e do massacre, era o inimigo de todos os povos.

Contra a furia teutonica, não se levanta apenas em nós a razão suprema da tradição e do passado, que nos leva a amar, sobretudo, a independencia e a honra de todas as Patrias.

Desde o primeiro instante desta luta espantosa, da aguiá revelada chacal, o povo viu claramente que o triunfo da Alemanha, era, pelo menos, a mutilação irremediavel do solo patrio, a perda irremessivel do seu glorioso dominio colonial. Nem a dementada Germania lhe occultou o seu traçoeiro designio. Soldados portuguezes, massacrados pelas hostes barbaras da Alemanha, regam com o sangue aquella terra que é o seu orgulho e expiram levando no olhar velado, a visão querida do lar distante, onde em ancias deixaram as mães

1.4 – 7 de abril de 1916  
Mensagem da Câmara Municipal de Lisboa aos municípios da Nação, enaltecendo o patriotismo



e as noivas. O Cuangar e Naulila são invocações que enlutam a alma da Pátria. É a própria Alemanha que justifica e ateia o ódio que o instinto admirável do povo português sente crescer no fundo da sua alma. Se alguma dúvida lhe restasse, quanto às ambições germanicas, essa dúvida teria desaparecido com o traiçoeiro ataque.

O receio, a principio vago talvez, transformou-se numa nitida clara e esmagadora certeza do perigo e Portugal viu então que as colonias ainda eram portuguesas porque lá tremulava a bandeira verde rubra, mas que o deixariam de ser no dia em que a vitória premiasse a felonía e a traição.

Portugal está hoje em guerra com a Alemanha, que assassinou soldados portugueses, que afundou navios mercantes sulcando os mares com a bandeira portuguesa. Os peitos que a dôr oprimia reclamando vingança, podem já respirar livremente e, aconchegados uns aos outros constituir a muralha solida e impenetravel, que detende a integridade do lar e a honra da nacionalidade.

Portugal revive nesta angustia que lhe oferece um porvir radiante e o Município de Lisboa que sabe bem que todos os Municípios do País são verdadeiros templos civicos, onde o culto da Pátria se revigora e a oração sagrada da terra mãe se afervora e purifica, á chama dignificadora dos maiores sacrificios, a todos eles estende os braços, num amplexo de solidariedade para lhes afirmar a sua convicção que, dum extremo ao outro de Portugal, a velha congregação dos «homens bons», hoje, como sempre, ha-de honrar as tradições gloriosas do passado, transmitindo á alma popular toda a sua fé nos destinos da Pátria, glorificada pela abnegação, pelo heroismo e pelo fulgor imarcessivel da Republica.

Viva a Pátria!

Viva a Republica!

Saude e Fraternidade

Paços do Concelho de Lisboa 7 de Abril de 1916.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Comissão Executiva da Camara Municipal

de *Seivel*

O Presidente da Comissão Executiva

*Levy Marques da Silva*

Tratado do Corpo de Bombeiros Municipais de Lisboa

1.4.1 – 7 de abril de 1916  
Mensagem da Câmara Municipal de Lisboa aos municípios da Nação, enaltecendo o patriotismo



a marcação das pautas, cabendo ao inspector a sua resolução.

§ 7.º Os inspectores escolares deverão, salvo caso de impossibilidade, avisar os professores, que não residam na sede do círculo ou do concelho, do dia em que os seus alunos serão chamados a exame.

§ 8.º Os alunos das escolas primárias oficiais têm preferência, na marcação para provas, a todos os outros candidatos.

Art. 19.º Cada júri examinará em cada dia de provas escritas vinte e quatro candidatos, e seis em cada dia de provas orais, sendo este o mínimo de serviço diário com direito a remuneração.

§ 1.º Quando para conclusão do serviço, em cada júri, reste apenas um ou dois candidatos, juntar-se hão estes examinando os do grupo anterior.

§ 2.º A duração total da prova, para cada candidato, nunca poderá exceder trinta minutos.

§ 3.º As duplicações de serviço só poderão ser autorizadas por intermédio da 1.ª Repartição de Instrução Primária e Normal, e quando se reconheça a sua absoluta necessidade.

§ 4.º Nas duplicações autorizáveis, o número de examinandos nas provas orais será de seis em cada sessão, com intervalo de uma hora.

§ 5.º Aos presidentes dos júris cabe a gratificação de 1850 por cada dia de exames, e a de 18 aos vogais. Na duplicação de serviço, o excedente a seis alunos, nas provas orais, constituirá grupos de seis alunos ou fracção final superior a três, para haver direito á correspondente remuneração. Não são permitidas triplicações.

§ 6.º Aos membros dos júris que não tenham residência oficial, ou como tal considerados nas localidades onde hajam exames, será abonada, nos domingos e dias impedidos, a gratificação correspondente a um dia de serviço.

Art. 20.º As propinas ordinária e complementar continuam a ser cobradas pela Repartição de Finanças.

§ único. Os alunos das escolas primárias oficiais, filhos de artífices ou trabalhadores, poderão ser dispensados do pagamento da propina, desde que, sob a declaração de honra do professor da escola official, se verifique, a bem do ensino, a necessidade de ser dispensado do referido pagamento, embora os pais ou encarregados da educação dos alunos não sejam absolutamente pobres. Igual dispensa poderá ser concedida a alunos de ensino particular em condições idênticas, atestadas por declaração de honra do professor official mais antigo, em serviço na respectiva freguesia.

Art. 21.º Aos professores secretários das inspecções escolares não é permitido fazerem parte dos júris de exames do 2.º grau, nem serem delegados dos inspectores nos exames do 1.º grau.

Art. 22.º Os livros de termos dos exames do 2.º grau serão arquivados nas secretarias das respectivas circunscrições, sendo a importância dos emolumentos cobrada em selos do Tesouro.

Art. 23.º A 1.ª Repartição de Instrução Primária e Normal fará imprimir as instruções que julgue necessárias para a boa ordem e regularidade do serviço, as quais serão fornecidas aos inspectores escolares e aos presidentes dos júris de exames.

Art. 24.º Os modelos de folhas, pautas e outros impressos, para serviço dos exames, serão idênticos aos usados nos anos transactos de regime transitório.

Art. 25.º A 1.ª Repartição de Instrução Primária e Normal mandará organizar os pontos de aritmética para as provas escritas dos exames do 2.º grau, e remetê-los lá, com a antecedência necessária, aos inspectores escolares.

Art. 26.º Os inspectores escolares, quando falte qualquer membro dos júris, no dia e hora indicados, tomarão

as providências necessárias em ordem a evitar-se interrupções prolongadas, devendo imediatamente comunicar às secretarias das circunscrições a natureza dessas providências, para o efeito de sanção superior.

Art. 27.º Fica revogada a legislação em contrário.  
O Secretário de Estado da Instrução Pública o faça publicar. Paços do Governo da República, 15 de Junho de 1918.—SIDÓNIO PAIS—*José Alfredo Mendes de Magalhães.*  
D. do G. n.º 135 (rest. no D. do G. n.º 127 e 149).

#### Decreto n.º 4:435

Sendo da maior urgência instalar na Biblioteca Nacional uma oficina de encadernação e reparação de livros, não só com o objectivo de economia e segurança, mas também com o intuito artistico de promover a revivescência dos motivos ornamentais usados nas antigas oficinas portuguesas;

Sendo também de grande conveniência substituir o mobiliário da sala geral de leitura da mesma Biblioteca; Existindo disponível a quantia de 6.000\$, autorizada pelo decreto n.º 3:551, de 15 de Novembro de 1917, com applicação a subsídios a instituições de carácter privado que mantenham escolas, os quais não foram ainda distribuídos por se reconhecerem dispensáveis;

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É encorporada a verba de 6.000\$, autorizada pelo artigo 1.º do decreto n.º 3:551, de 15 de Novembro de 1917, na dotação geral dos serviços da Biblioteca Nacional de Lisboa, com applicação á montagem duma oficina de encadernação e reparação de livros e á aquisição de mobiliário para a sala geral de leitura da mesma Biblioteca.

Art. 2.º É transferida a verba de 6.000\$, inserida no capítulo 3.º, artigo 20.º do desenvolvimento da despesa da Secretaria de Estado da Instrução Pública, sob a epígrafe: «Subsídios a diversas instituições», para o capítulo 9.º, artigo 105.º do mesmo desenvolvimento, passando a ser descrita nos termos seguintes:

«Material e despesas diversas da Biblioteca Nacional de Lisboa:

Instalação e montagem duma oficina de encadernação e reparação de livros e aquisição de mobiliário para a sala geral de leitura, 6.000\$».

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto, com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Paços do Governo da República, 18 de Junho de 1918.—SIDÓNIO PAIS—*João Tamagnini de Sousa Barbosa—Alberto Osório de Castro—Joaquim Mendes do Amaral—Amílcar de Castro Abreu e Mota—José Carlos da Maia—Joaquim do Espírito Santo Lima—Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá—José Alfredo Mendes de Magalhães—Henrique Forbes de Bessa—Eduardo Fernandes de Oliveira.*  
D. do G. n.º 135.

#### SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR

Direcção Geral de Administração Política e Civil

#### Decreto n.º 4:436

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Enquanto durar o estado de guerra ficam

1.5 – 17 de junho de 1918  
Decreto instituindo a censura, devido à guerra.



sujeitos à censura preventiva os periódicos e outros impressos e os escritos ou desenhos de qualquer modo publicados.

Art. 2.º A censura será exercida por comissões especiais, que funcionarão junto dos governos civis ou administrações dos concelhos das localidades onde se imprimam, as publicações referidas no artigo anterior, e que serão nomeadas pelo Governo sob proposta dos respectivos governadores civis.

§ 1.º O número e nome dos censores de cada comissão e os horários de serviço para cada localidade constarão de portarias publicadas no *Diário do Governo* e obedecerão à conveniência dos serviços.

§ 2.º Um dos membros de cada comissão servirá de presidente, incumbindo-lhe especialmente orientar os trabalhos da censura.

Art. 3.º As comissões de censura eliminarão qualquer notícia ou apreciação unicamente nos casos seguintes:

a) Quando seja prejudicial à defesa nacional, militar ou económica, ou às operações de guerra;

b) Quando envolva propaganda contra a guerra.

Art. 4.º O número de provas que cada publicação terá de enviar à censura será de três, as quais depois de vistas serão, pelo presidente da comissão respectiva, dados os seguintes destinos: uma entregue ao apresentante, a segunda arquivada pela comissão e a terceira à autoridade policial da localidade onde funciona a comissão, que a remeterá depois ao respectivo governador civil.

Art. 5.º As comissões de censura marcarão a tinta vermelha os cortes que fizerem e em caracteres bem visíveis a hora a que receberem as provas de página e a que as entregarem já censuradas ao portador das mesmas.

§ único. O censor autenticará sempre com a sua rubrica a página censurada.

Art. 6.º Os censores serão responsáveis por qualquer prejuízo motivado por negligência, menos atenção ou injustificada demora no exercício das suas funções, bem como por quaisquer cortes feitos fora das prescrições do presente diploma.

§ 1.º As penalidades a aplicar serão, pelas duas primeiras vezes, multa até 10\$ e à segunda reincidência demissão, sem prejuízo das responsabilidades a que possam ser chamados perante os tribunais, nos termos das leis ordinárias, pelas partes interessadas.

§ 2.º A pena de multa a que se refere o parágrafo anterior pode ser aplicada pelos respectivos governadores civis e pelo Secretário de Estado do Interior; a pena de demissão só será aplicada pelo Secretário de Estado do Interior.

Art. 7.º Contra as eliminações ordenadas pelas comissões de censura e contra as faltas cometidas pelas mesmas, nos termos do artigo anterior, cabe recurso, sem efeito suspensivo, para o governador civil do respectivo distrito em primeira instância e para o Secretário de Estado do Interior em última instância.

§ único. Os recursos a que se refere este artigo serão julgados no prazo máximo de quarenta e oito horas, contadas da sua apresentação, respectivamente, nas secretarias gerais dos governos civis ou na Repartição do Gabinete da Secretaria de Estado do Interior.

Art. 8.º As publicações designadas no artigo 1.º deste decreto que deixarem de ser submetidas à censura ou que depois de a elas submetidas mantiverem o que haja sido mandado eliminar serão apreendidas nos termos do decreto n.º 2:270, de 12 de Março de 1916.

§ único. Tratando-se de publicações periódicas, qualquer reincidência, após a segunda, poderá importar, além da apreensão, uma multa até 100\$, aplicada pelo governador civil do respectivo distrito.

Art. 9.º A importância das multas, resultante da aplicação das penalidades cominadas no § único do artigo 6.º

e § único do artigo 8.º deste decreto, reverterá para o cofre de pensões da Associação dos Trabalhadores da Imprensa.

Art. 10.º Ficam revogadas as leis n.º 495, de 28 de Março de 1916, e 815, de 6 de Setembro de 1917, e todas as demais disposições em contrário, sendo pelo presente decreto restringidas as garantias consignadas em o n.º 13.º do artigo 3.º e no artigo 59.º da Constituição Política da República Portuguesa, e substituído o decreto n.º 4:082, de 13 de Abril do corrente ano.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Secretários de Estado de todas as Repartições o façam publicar. Paços do Governo da República, 17 de Junho de 1918. — SIDÓNIO PAIS — João Tamagnini de Sousa Barbosa — Alberto Osório de Castro — Joaquim Mendes do Amaral — Amílcar de Castro Abreu e Mota — José Carlos da Maia — Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá — José Alfredo Mendes de Magalhães — Henrique Forbes de Bessa — Eduardo Fernandes de Oliveira.

D. do G. n.º 136.

## Direcção Geral de Assistência

### 1.ª Repartição

#### Decreto n.º 4:437

Atendendo a que as difíceis condições de vida criadas pela crise económica que atravessamos, resultantes da guerra, pesadamente afectam o pessoal assalariado e o serventário dos Hospitais Cíveis de Lisboa, da Universidade de Coimbra e de D. Leonor e Santo Isidoro das Caldas da Rainha;

Usando das faculdades concedidas ao Poder Executivo pelas leis n.ºs 373, de 2 de Novembro de 1915, e 491, de 12 de Março de 1916;

Hei por bem, sob proposta do Secretário de Estado do Interior, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Ao pessoal assalariado e serventário dos Hospitais Cíveis de Lisboa, da Universidade de Coimbra e de D. Leonor e Santo Isidoro das Caldas da Rainha é tornado extensivo o disposto nos decretos n.ºs 4:006 e 4:087, de 6 e 13 de Abril de 1918, respectivamente.

Art. 2.º Por esta forma fica revogado o decreto de 27 de Maio último e toda a legislação em contrário.

Os Secretários de Estado do Interior e das Finanças o façam publicar. Paços do Governo da República, 17 de Junho de 1918. — SIDÓNIO PAIS — João Tamagnini de Sousa Barbosa — Joaquim Mendes do Amaral.

D. do G. n.º 136.

## SECRETARIA DE ESTADO DA MARINHA

### Majoria General da Armada

#### 1.ª Repartição

#### 2.ª Secção

#### Decreto n.º 4:438

Tendo o decreto n.º 4:345, de 24 de Maio findo, disposto que a percentagem de 0,14 por cento sobre o tempo de serviço colonial só fosse aplicada aos oficiais da armada a começar no posto de guarda-marinha;

Tendo-se, porém, verificado que vários oficiais das classes de engenheiros maquinistas e da administração naval estiveram muitos anos fazendo serviço nas colo-

1.5.1 – 17 de junho de 1918  
Decreto instituindo a censura,  
devido à guerra.





Grupo de oficiaes d'um regimento de infantaria. No chão o alferes sr. Andrade. Sentados, da esquerda para a direita: os alferes srs. Matos Cordelro, Raposo, Agular, Pissarra e Dentinho.

## II Os HOMENS NAS FILEIRAS DA GUERRA



Unifone 180

## Aviso

### Escola de Aplicações de Engenharia Batallão de Pontoneiros

A todos os cabos e soldados, se faz  
saber que em virtude de ordem do Secre-  
taria da Guerra, que são convocados os que  
sejam casimbeiros ou apudantes de condições  
devidamente habilitados, para irem servir  
junto dos quartéis genêres do C. E. P. tendo  
direito a subsistência de campanha ficando  
para 100 dargentos (12 escudos pagos a família  
e 40 francos em França).

Dada 12 de fevereiro de 1917  
O Adm. do Curso

(a) Antonio Monteiro de Andrade

## Edital

Antonio Monteiro de Andrade, Admini-  
strador do Conselho do Edital.

Faço publico na 20ª para convoca-  
ção do Serviço como do interesse dos  
oficiais e pracinhas, que da Direção da Corre-  
pondência dirigida para os mesmos em  
França, deve constar bem legivelmente:  
nome, numero, posto, companhia (esqua-  
drão ou bateria) batallão (ou grupo) e  
regimento, e para as pracinhas dos vários  
serviços, a unidade a que pertencem  
na metropole e formação a que per-  
tencem no Corpo Expedicionario.

A Direção deve conter somente  
mais os seguintes dados: C. E. P. =  
França e não se fará ao seu res-  
tante qualquer correspondência que  
no futuro indique unidade

2.1 – 12 de março de 1917  
Cópia de edital dando instru-  
ções quanto à forma de dirigir  
correspondência aos militares  
na guerra.



superior do regimento.  
Com ordem se publica este edital.  
Leval 12 de Março de 1917.  
(a) Antonio Monteiros D. Andrade

### Aviso

É avisado o soldado territorial nº  
1505-R. do R. T. R. nº 20, chamado  
Antonio, que em 20 de julho tem  
fecho o seu domicílio para este  
correcção, e apresenta a sua  
carteira militar para a  
verificação.

Leval 2 de Abril de 1917

(a) Antonio Monteiros D. Andrade

### Convite

São convidados para desempenharem  
o serviço de enfermeiros, os soldados,  
cabos e 2ºs Sargentos, do Batalhão de  
Portoneiros, que possuam experi-  
mentos de enfermagem e se  
sejam ser incorporados nas com-  
panhias de saúde.

Leval 6 de Abril de 1917

(a) Antonio Monteiros D. Andrade

2.1.1 – 12 de março de 1917  
Cópia de edital dando instru-  
ções quanto à forma de dirigir  
correspondência aos militares  
na guerra.



SECRETARIA  
DA  
GUERRA

REPARTIÇÃO DO GABINETE

Serviço de Informações

N.º 699

RESERVADO

SERVIÇO DA REPUBLICA

91.185

ENTRADA  
21/4/17  
ENTRADA

Respondido em

Ex.º Sr.

Na grave situação que o país está atravessando, em luta com os inimigos da Civilização e do Direito, quando cumpre a todos os cidadãos juntarem-se em volta da bandeira da Patria, para a defender e dignificar, tornam-se absolutamente indispensaveis as mais rapidas providencias contra os maus portu- guêses que, de forma criminosa, procuram fugir ao cumprimento dos seus mais altos e sagrados deveres, desertando do Exer- cito. Nestas circunstancias, peço a V. Ex.ª, com o maior empenho, se digne devolver, depois de proceder ás necessarias diligencias para a captura dos desertores, o impresso junto, remetendo-o com toda a brevidade a esta Repartição.

Saude e Fraternidade.

Lisboa, 20 de Abril de 1917.

Ao Ex.º Sr. Administrador do Concelho de Seixal

O Chefe do Serviço de Informações  
*Julio Costa*  
MINISTERIO DA GUERRA  
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

2.2 – 20 de abril de 1917  
Carta da Secretaria da Guerra para o administrador do conce- lho, apelando à captura dos de- sertores.





Resposta de  
Exmo Sr.

no 781A.

Em cumprimento á lei e a bem do serviço mili-  
tar, rogo a V.Exa se digne providenciar para que seja capturada  
e entregue nesta unidade, o soldado desertor *Raul Antõ-*  
*nio*.....no 327 da 4.ª comp., filho de *José Ant. da Santa*  
e de *Joséina de L. as Amadas*, natural de *Leixal*.....  
concelho que V.Exa. mai dignamente dirige. Para conhecimento  
dos apreensores informe V.Exa. que ainda está em vigor a lei  
que estabelece o premio de 4\$80 para os apreensores dos deser-  
tores do exercito pelo que rogo a V.Exa. se digne de informa-  
me do nome do apreensores com a designação do dia e hora da ap-  
reensão e enviar-me conjuntamente o recibo devidamente assinado  
da importancia acima indicada para esta lhe ser enviada.

*Resposta*

*em 18-4-1917*

*Recd*

SAUDE E FRATERNIDADE

Quartel em Belem, 11 de Abril de 1917

Exmo Sr. *Antônio Trindade do Carmo*

*Leixal*

O COMANDANTE

*Manoel Rodrigues da Silva*

2.3 – 11 de abril de 1917  
Notificação para captura  
do desertor Raúl António.



SECRETARIA  
DA  
GUERRA  
REPARTIÇÃO  
DO  
GABINETE



Serviço da Republica

Exm<sup>o</sup>. Snr.

N.º .....

ENTRADA

3

8

Reg.º mob. e n.º 489

Em referencia á representação d'essa Camara solicitando que os reincidentes e vadios fossem utilizados no serviço do Corpo Expedicionario Portuguez, encarrega-me Sua Ex<sup>a</sup>.o Ministro de comunicar a V.Ex<sup>a</sup>.o despacho que ácerca do assunto o mesmo Exm<sup>o</sup>.Ministro exarou na referida representação:

"No Corpo Expedicionario Portuguez estão e devem estar só portuguezes dignos de representar no Estrangeiro a sua Patria e de derramar por éla o seu sangue. Não lhes quero fazer a injuria de os misturar com criminosos ou desqualificados". (a) J.Norton de Matos.

SAUDE E FRATERNIDADE

Lisboa, 2 de Agosto de 1917.

Exm<sup>o</sup>.Snr. Presidente da Comissão Executiva da Camara Municipal de Seixal.

O Chefe do Gabinete  
*Antonio Carlos Pereira*

2.4 – 2 de agosto de 1917  
Carta da Secretaria da Guerra para o presidente da câmara, respondendo à proposta da câmara no sentido de que os vadios e criminosos fossem recrutados para a guerra.



1.º BATALHÃO DE ARTILHARIA  
DE  
COSTA



N.º

926

Referência:

Nota n.º

## SERVIÇO DA REPÚBLICA

Grafaria, 8 de Maio de 1918

Do Sr. Administrador do  
Concelho

Sigal

Do Comandante.

Pago a V. Ex.ª se dirige infor-  
mar a família do 2.º Lan-  
çado Paul Gomes, que foi  
n.º 258 do 4.º companhia  
deste batalhão, que faleceu  
em França, em virtude de um  
golpe cerebral espinhal no dia  
15 do presente mês.

Digamos a V. Ex.ª informa-  
re se o referido lançado  
deixou viúva ou filhos.

Este lançado é natural de  
Alcobaça Pais Vires Dm. Con-  
celho, tendo o seu túmulo do-  
minado em Amora.

Almeida Luís Borges

Assinada em 13-5-1918

Assinada





N.º 675 A

Recebido em 31-5-1918  
SERVIÇO DA REPÚBLICA

Ex.º Sr.

Ordo conhecimento  
do regimento de  
armamentos  
31-5-1918  
[Signature]

Após de que se digue dar conhecimento a respectiva família, comunico a V. Ex.ª que faleceu em campanha, de ferimentos em combate, de 19 a 22 de março último, o soldado n.º 424 da 1.ª companhia deste Ba. Calhau, Joaquim d'Azevedo, filho de Manuel d'Azevedo e de Elvira dos Reis, residentes em Quinta da Prata, paróquia da Arrentela, do concelho do seu muito digno cargo.

Saúde e Fraternidade

Quartel em Santarém, 29 de maio de 1918

Ao Sr. Administrador do Cancellaria de  
Leigal

O Comandante do Grupo, Depósito  
[Signature]

2.6 – 29 de maio de 1918  
Informação sobre o falecimento  
de Joaquim d'Azevedo.



Regimento de Infantaria 16



DEPOSITO DO 1.º BATALHÃO



N.º 945 A

Referencia

N.º

De

SERVIÇO DA REPÚBLICA

Recebido em 5\*/7/1918

Pileiro

Ex.º Sr.

Em aditamento ao meu officio nº 675-A, de 29 de maio ultimo, informo V.ª H.ª que segundo communicação do Quartel General Territorial do C. & P. em nota da 4.ª Rep.ª nº 3932, de 26 de junho findo o rolado 1.º/424 Joaquim d'Azêvedo, filho de Manoel d'Azêvedo e de Elbária do Rosario, residentes em Quinta da Prata, paróquia d'Arrentela, do concelho ao seu municipeiro cargo, foi ferido em combate na semana de 11 a 22 de março p.p. e não falecido como por lapso communicou.

Communicado ao Regedor d'Arrentela em 5 de julho de 1918

Pileiro

Saude e Fraternidade

Quartel em Santarem, 3 de Junho de 1918.

Do Sr. Administrador do concelho de

Leijal

O Comandante

António de Melgomes  
Tui

2.7 – 3 de junho de 1918  
Informação desmentindo o falecimento de Joaquim d'Azevedo: foi apenas ferido.



GOVÉRNO CIVIL  
DO  
DISTRITO DE LISBOA

SECRETARIA

1.<sup>a</sup> Repartição

N.<sup>o</sup> 29

SERVIÇO DA REPÚBLICA  
Ao Snr. Administrador do concelho do Seixal

10/1/1919

Para que se sirva dar conhecimento do facto  
à familia interessada, encarrega-me o Exm<sup>o</sup> Governador Civil de lhe comunicar o falecimento da praça seguinte: Soldado Antonio de Carvalho, natural de Arrentela, desse concelho, filho de Jose de Carvalho e de Maria de Matos, falecido em Moçambique, em 30 de Junho de 1918, de doença adquirida em campanha, ignorando-se se deixou espolio. Esta praça pertencia ao contingente destinado a Macau e encontrava-se em operações na provincia de Moçambique.

Saude e Fraternidade

Lisboa, 8 de Janeiro de 1919.

O Secretario Geral,

*Américo de Sousa*

2.8 – 8 de janeiro de 1919  
Informação sobre o falecimento do soldado António de Carvalho.



24 de setembro  
203.

A - Junta Patriótica do Norte  
- Paços do Concelho -  
Ponte

Resente a circular dessa digna  
Junta, resolveu esta Comissão em sua  
sessão de 26 do corrente, informar que  
todos os soldados que tomaram parte  
nas diversas expedições do C. E. P. na-  
turezas deste Concelho, regressaram de  
saúde, sendo grande o repouso neste  
Concelho, por esse facto.

Luís e Tralunidade

Leixal 27 de agosto de 1919.

O Presidente,

António Maria Aguiar de Almeida

2.9 - 27 de agosto de 1919  
Informação de que todos os sol-  
dados do concelho que partici-  
param nas expedições do Cor-  
po Expedicionário Português  
regressaram com saúde.



Lib. Boa 119 Cartas do Marquez d'Albrantes

15 de Maio de 1920.

Illmo Carmo Senhor D. Consequi Leitao.

Mas uma vez dentro massas V. Ex.<sup>ca</sup> com os meus pedidos.

Montei fui ao C. L. F. para receber o espolio do meu Filho mas recommendei de m<sup>to</sup> a entregar sem apresentar um documento provando que sou a unica herdeira dele, por dentro pedir a V. Ex.<sup>ca</sup> de me mandar uma certidão para o espolio dele ser entregue. Não sei se deve ser sobre papel selado. V. Ex.<sup>ca</sup> talvez gostaria de me lembrar o meu nome.

Aline Gessol de Góvoro  
Viscondessa de Góvoro.

unica herdeira do seu filho Baquin  
Mauricio Julio Alencar de Góvoro  
voluntario de guerra, soldado da Infan-  
taria 2. fallecido em Bruxellas a 9 de Março  
de 1919.

2.10 – 15 de maio de 1920  
Carta da viscondessa de Rebo-  
redo, perguntando como pode  
receber o espólio do filho, mor-  
to na Bélgica.



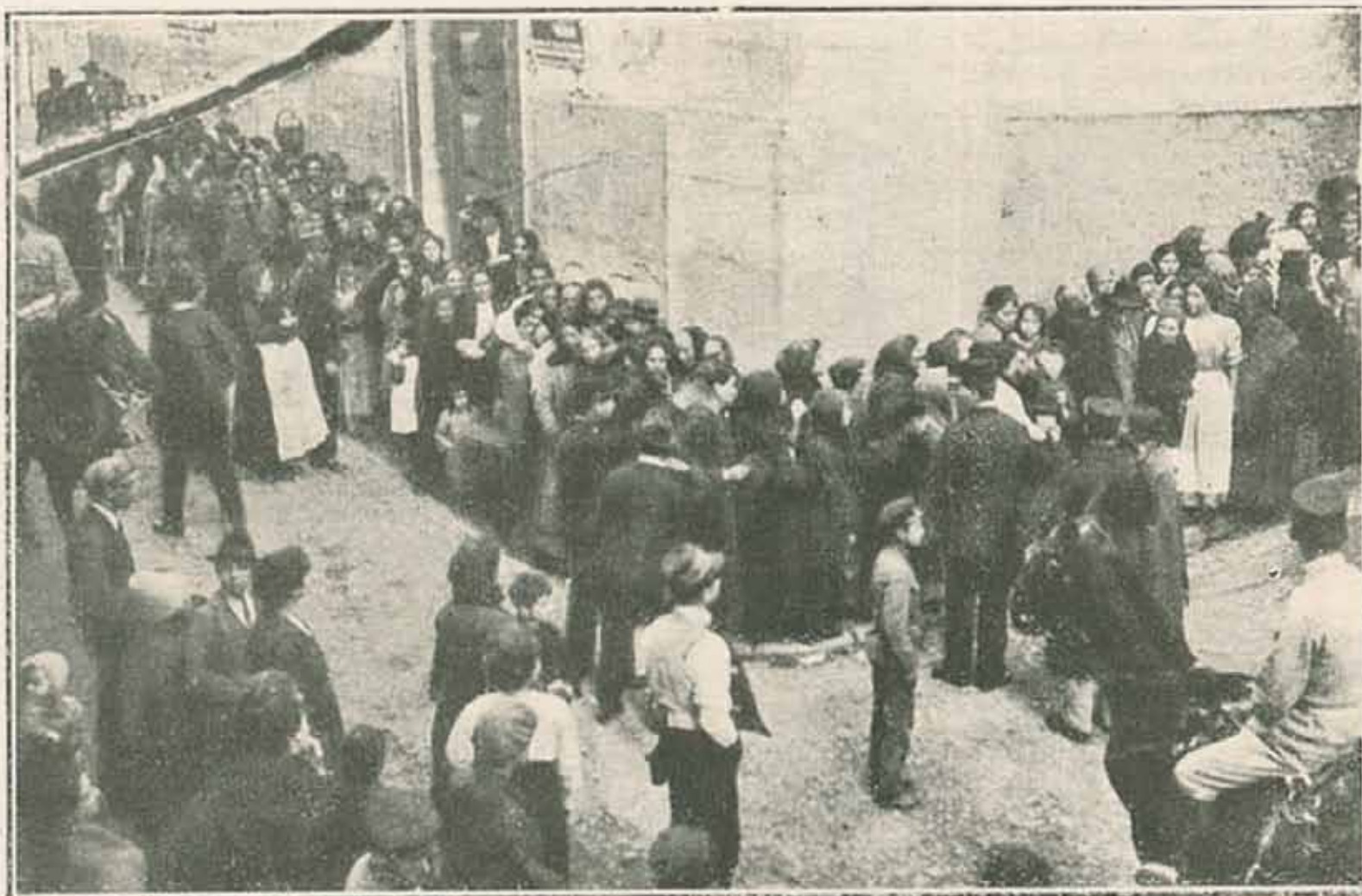
Na Junta fôrta passada fui ~~na~~ Admi-  
nistração desejando saber com V. Ex.<sup>cia</sup>  
a respeito de Cabanas, desejando comprar  
uma dúzia d'ellas para segurar as sedes  
duma capoeira e lembrar que V. Ex.<sup>cia</sup>  
talvez lhe podia arranjar umas belhas  
no Barreiro, mas antes de lhe resolver  
desejava saber o preço que poderia  
importar, peço a V. Ex.<sup>cia</sup> d'uma resposta  
a estes dois assumptos aqui em Lisboa  
119 Calçada do Marquês d'Abrantes onde  
estou por uns dias indo depois para  
Junta Villa Aurora, Minas.  
Desde já agradeço e peço V. Ex.<sup>cia</sup> de  
receber os meus sentimentos de alta  
consideração

Viscondessa de Boboedo.

---

2.10.1 – 15 de maio de 1920  
Carta da viscondessa de Rebo-  
redo, perguntando como pode  
receber o espólio do filho, mor-  
to na Bélgica.





Na esquadra das Mercês. A  
bicha do assucar.

### III CRISE ECONÓMICA E SOCIAL



GOVERNO CIVIL  
DO  
DISTRITO DE LISBOA

SECRETARIA

1ª Repartição

N. 12

CIRCULAR

SERVICO DA REPUBLICA

Ao Snr. *Presidente do Camara municipal  
do concelho de Leixal*

ENTRADA

11 Abril 1917  
Reg.º sob L.º 92

Para seu conhecimento e devidos efeitos, encarroga-  
me o Exmo. Governador Civil de lhe dar conhecimento do seguin-  
to:

O Senhor Presidente da Republica, no intuito de con-  
seguir uma larga e proficua organisação dos serviços de assis-  
tencia em todo o paiz, tem resolvido percorrer todos os distri-  
tos do continente para se pôr em contacto com os que melhor  
possam ajudal-o no generoso empreendimento de assistir aos des-  
validos. Não quer Sua Exa. fazer uma viagem ostentosa, mas dee  
seja realizar uma obra util. Para isso queira V. Exa. desde já  
convidar todas as Camaras Municipais desse distrito e quaisquer  
individualidades que julgue conveniente, e avisar os administra-  
dores dos concelhos, para, em dia que telegraficamente lhes será  
indicado, podem assistir, sob a presidencia do Chefe do Estado,  
a uma grande reunião que ainda no corrente mes deverá ter lo-  
gar na sede desse distrito para se estudar e resolver o meio  
de realizar o alto pensamento de Sua Exa. o Presidente da Re-  
publica.

Saude e Fraternidade

Lisboa, 10 de abril de 1917.

O Secretario Geral, interino

*Renato Soares de Almeida*

*(Esta reunião  
terá lugar no  
Governo Civil de  
Lisboa.)*

*João de  
Figueiredo  
Almeida  
(fi)*

3.1- 10 de abril de 1917  
Circular do Governo Civil do  
Distrito de Lisboa, informando  
da visita que o Presidente da  
República vai fazer ao distrito  
com o intuito de procurar ajuda  
para o apoio aos desvalidos.



# *Companhia Nacional de Moagem*

SOCIEDADE ANONYMA - RESPONSABILIDADE LIMITADA

FABRICAS EM LISBOA, XABREGAS, SAGAVEM, COIMBRA, E SERPA  
ESCRITORIO - 62, Rua do Jardim do Tabaco, 82 - LISBOA



FABRICAS DE  
MOAGEM  
DESCASQUE D'ARROZ  
E MASSAS ALIMENTICIAS  
PELOS SYSTEMAS MAIS APERFEIÇADOS

CONSUMO E EXPORTAÇÃO



PREMIADA NAS SEGUINTE EXPOSIÇÕES

LISBOA 1888 (ouro, prata e bronze) - PARIS 1889 - PARIS 1900 - S. LUIZ 1904 - PORTO 1905  
PHILADELPHIA 1876 - IND. PORTUGUEZA 1903 - INDUSTRIAL PORTUGUEZA 1888  
REAL TAPADA DA AJUDA 1884 - PALACIO CRYSTAL - PORTO 1897

PANIFICAÇÃO

CÉREAS E  
LEGUMES

ENDEREÇO TELEGRAPHICO: FARINHAS-LISBOA

Telephones do escritorio Nº 4222  
4223  
4224

Codigos A.B.C. 4ª e 5ª Edição  
e Ribeiro

EXPOSIÇÃO DO RIO DE JANEIRO EM 1908

GRAND PRIX EM FARINHAS MEDALHA D'OURO EM MASSAS ALIMENTICIAS, BOLACHAS E BISCOITOS

ENTRADA

LISBOA, 20 de Maio de 1918.

23 - Maio - 1918  
Reg.º sob o n.º 104.

Exmo. Snr. Presidente da Comissão  
Administrativa da Camara Municipal de  
Seixal

CAIXA DE CORREIO Nº 15

Obedecendo ao preceituado no artigo 17º. do Decreto Nº.4.125 que criou os celeiros municipaes, deverá a Camara da digna presidencia de V.Exa. notificar ao Ministerio das Subsistencias e Transportes (Repartição de Cereais e Panificação) se a industria de moagem d'esse concelho ou suas cercanias está em condições de financiar as operações que resultarem do funcionamento d'aqueles celeiros, a partir de 1 de Agosto d'este ano, até 31 de Julho de 1919.

Dentro, pois, do referido Decreto, tem esta Companhia a honra de vir propôr a V.Exa. a assistencia financeira citada e a moagem de centeio, milho ou trigo destinados ao fabrico de pão para consumo dos seus municipes.

Igualmente, temos muito prazer em oferecer a V.Exa. os conhecimentos que possuímos sobre o assunto para a instalação e funcionamento do Celeiro em conformidade com os preceitos da lei.

Ficamos esperando que V.Exa. se digne comunicar-nos o que se lhe oferecer sobre esta proposta para, no caso de a aceitar, discutirmos verbalmente o assunto.

Somos entretanto, com consideração

De V.Exa.

Atos. Vres. e Obgs.

Pela *Companhia Nacional de Moagem*  
Administrador

3.2 - 20 de maio de 1918  
Carta da Companhia Nacional de Moagem para o presidente da comissão administrativa, oferecendo a sua colaboração para a constituição dos celeiros.



P. 2. / M.

Exmo. Snr. Presidente da Camara Municipal de:

ENTRADA

em  
11 Agosto 1918  
Reg.º sob o n.º 194

Seixal

Sendo os Celeiros Municipais e o Governo as unicas entidades com pradoras de cereais, lembro a V. Exa a alta conveniencia que tem em constituir imediatamente o seu Celeiro, garantindo assim o abastecimento dos povos desse concelho e auxiliando o Governo na protecção ao consumidor.

Pelo que fica exposto e pelo que está determinado no artigo 1.º do Decreto Nº. 4.638, acontecerá se a Camara da digna presidencia de V. Exa não constituir o Celeiro, que não lhe serão passadas guias de transito das disponibilidades dos outros concelhos, nem tão pouco lhe poderão ser distribuidos, em rateio, qualquer desses productos exóticos ou coloniais que o Governo possa adquirir.

Saude e Fraternidade

Direcção dos Serviços de Abastecimentos, em 3 de Agosto de 1918.

Pelo Director,

António Amante

of. 1918  
que não  
constitua  
um acto  
p. 1918

3.3 – 3 de agosto de 1918  
Carta da Direção dos Serviços de Abastecimento para o presidente da câmara, informando da necessidade de a câmara constituir o seu celeiro.



Secretaria de Estado do  
Interior  
Direção de Abastecimentos.

-----  
ABSOLUTAMENTE CONFIDENCIAL.

Exmo. Sr. Administrador do Concelho  
de

Nºum dia da proxima semana que será oportunamente fixado, e a hora que tambem na devida altura se fixará, iniciar-se-hão em todos os 26 concelhos do districto de Lisboa, varejos geraes a productores, commerciantes e armazenistas. Para esse fim mandarei apresentar a V. Exa. uma brigada constituida por dez a quinze fiscaes, sob a direção dum chefe de brigada, afim de, espalhando-se por todo o concelho, poderem em poucos dias passarem um varejo completo.

Para que o serviço possa decorrer com regularidade, e para que se proceda com rapidez e energia, venho rogar a V. Exa. se digne auxiliar-me nesta custosa tarefa, certo como estou de que V. Exa. será o primeiro a louvar uma medida que vai beneficiar extraordinariamente o seu concelho.

Para o bom exito das buscas, rogo a V. Exa. se digne desde já preparar aquilo que passo a enumerar.

1º - 5 vehiculos, alugados a particulares, cujas despesas serão pagas por esta Repartição. Esses vehiculos, para transporte rapido dos fiscaes, devem estar já falados, afim de poderem ser utilizados logo após a sua chegada.

2º - Auxiliados pelos fiscaes dos impostos, rogo a V. Exa. se digne obter todas as informações relativas a commerciantes, productores e armazenistas, afim de rapidamente, logo após a sua chegada, os fiscaes poderem ficar ilucidados dos serviços principaes a desempenhar.

Nestes termos, muito me obsequieira V. Exa. se, pelos registos da secretaria de finanças do Concelho, obtivésse:

- a) - Nomes dos principaes agricultores e respectivas moradas;
- b) - Nomes de commerciantes e armazenistas e respectivas moradas;
- c) - Relação das padarias, fabricas de moagem, moinhos e azenhas existentes no Concelho;
- d) - Relação de quaesquer individuos sobre quem recaiam suspeitas de açambarcamento.

e) - Todas as informações que V. Exa. julgar uteis.

3º - Rogo a V. Exa. se digne officiar ou pedir ao Sr. Secretario de finanças local que se digne ordenar aos fiscaes dos impostos chi em serviço, que acompanhem o chefe de brigada das subsistencias durante os dias que durarem os varejos.

4º - Rogo a V. Exa. se digne auxiliar o mesmo chefe, dando-lhe o numero de praças da Guarda Nacional Republicana necessarias para boa execução do serviço, rogando-lhe igualmente se digne comunicar aos regedores seus subordinados para que estes cooperem igualmente neste serviço.

5º - Ainda não me é possível precisar o dia em que se iniciarão os varejos. Talvez na proxima quarta-feira. Na vespere desse dia apresentat-se-hão a V. Exa. as brigadas de fiscaes. Por telegrama avisarei da sua chegada, e no mesmo telegrama se dirá o dia e hora em que começa o varejo, esse telegrama será redigido nos seguintes termos:

"Dia .... ás 10. horas chega o que sabe

O dia e a hora referem-se ao começo dos varejos, e a frase "chega o que sabe" significa que as brigadas partiram já de Lisboa.  
6º - Rogo mais a V. Exa. a fineza de me comunicar immediata e telefonicamente quaesquer duvidas que por ventura possam resultar desta instruções que foram apuradas pelo Exmo. Governador Civil de Lisboa e Exmo. Secretario de Estado do Interior.  
7º - O portador deste officio é o chefe da brigada que deve ser destinada a esse concelho. Rogo a V. Exa. se digne atendê-lo em tudo que necessitar. O referido chefe aguardará n'essa villa que se lhe vá juntar a respectiva brigada. Mais peço a V. Exa. se digne conservar absolutamente secreto o conteúdo deste officio, que só deve ser conhecido pelas autoridades rigorosamente indispensaveis.

Saude e Fraternidade.

Serviço de Fiscalisação, em 17 de Agosto de 1918.

O INSPECTOR DA FISCALISAÇÃO.

*Ins. Est. de Min.*

3.4 - 17 de agosto de 1918  
Carta da Secretaria de Estado do Interior, Direção de Abastecimentos, para o administrador do concelho, informando da inspeção que vai ter lugar para acabar com o açambarcamento.



# C. G. Wicander

Cortiça, Rolhas e Quadros

FABRICAS EM: SEIXAL (Perto de LISBOA) SINES e GARVÃO

ENTRADA

Seixal (Portugal) 31 de Março de 1919

QUINTA DE D. MARIA

2. Abril 1919  
47

Illmos. e Exmos. Srs.  
Presidente da Comissão Administrativa  
e  
Administrador do Concelho  
do Seixal

Em vista de não se poder realizar hoje a reunião para a qual V. Exas se dignaram convidar-me, tomo a liberdade de lhes expor pela presente as considerações que apresentaria, se falasse com V. Exas.

Não posso concordar com a ideia de V. Exas.

1º Porque não acho justo que melhoramentos de que todo o concelho beneficia sejam pagos só por uma pequena minoria dos seus habitantes. Além dos exportadores, sobre os quaes V. Exas. projectam fazer incidir o novo imposto, e dos que não poderiam paga-lo, ha o commercio local e ha os proprietarios, que não vejo motivo para não contribuirem tambem para os melhoramentos do Concelho. Já contribuem, dizem V. Exas., mas isso é o que tambem se dá commigo.

2º Da leitura do Artº 25 não se pode deixar de subentender que os productos sobranceja exportação as Camaras estão auctorisadas a lançar o imposto são os productos naturaes dos respectivos Concelhos. Se assim não fora, em vez de fizerem madeira, lenhas, pedra, barro e outros productos, diriam simplesmente todos os productos.

3º Não sendo a cortiça produzida no Seixal, não é pois, verdadeiramente, exportada do Concelho, mas sim reexportada. Ora, tendo os Concelhos producto a faculdade de lançarem o imposto sobre a exportação dos seus productos, e sendo certo que muitas Camaras se veem mais ou menos em embaraços para fazer face aos seus encargos, aqui teem V. Exas. que ficaria exposto a pagar um imposto sobre a exportação do Concelho productor e outro sobre a reexportação do Concelho da preparação, sem falar d'outras eventualidades semelhantes muito possiveis.

4º A situação do Seixal, presentemente, quanto as vantagens para fabricação de cortiça, já é bastante inferior á d'outros Concelhos visinhos. Falta-lhe o Caminho de Ferro e tem um porto pessimo. O imposto projectado agravaria essa inferioridade e diminuiria as probabilidades d'outros industriaes se virem estabelecer aqui, prejudicando portanto o eventual desenvolvimento do Concelho.

5º A industria corticeira é das que mais, ou talvez mesmo a que mais foi affectada pela guerra. Durante 4 annos e meio de guerra a exportação dos seus productos foi quazi nulla, e ainda hoje, a quazi 5 meses da assignatura do armistício, em lugar de navios e facilidades d'exportação não ha senão embaraços e entraves. Ainda muito recentemente tive um vapor no Tejo durante mais d'uma semana esperando auctorisação para receber 1200 fardos de cortiça. Achou por se ir embora sem os receber, por falta d'essa auctorisa-

Ciente, aut. do Prod. e do F. do Seixal com  
12 milímetros

3.5 – 31 de março de 1919

Carta da Wicander, insurgindo-se contra o imposto sobre as exportações do concelho e falando da crise provocada pela guerra.



C. G. WICANDER  
SEIXAL

TELEPHONE: 18 PAIO PIRES  
TELEGRAMAS: CARL WICANDER, SEIXAL

11  
*Seixal* 31 de Março de 1919

QUINTA DE DONA MARIA

Continuação

ção. Este e outros factos que não citarei, para não me alongar demasia-  
do, não me permitem encarar o futuro d'esta industria com o optimis-  
de V. Exas.

62 Já é grande o meu prejuizo devido á falta d'exportação que tem  
havido. Como é obvio, o novo imposto incidindo sobre as mercadorias que  
me causaram esse prejuizo, augmenta-lo-ia o que não poderia ser-me  
agradavel nem seria justo.

Agradecendo a delicada attenção de V. Exas. de me consulta-  
rem antes de porem em pratica a sua ideia, sou com a mais subida con-  
sideração

De V. Exas.  
Atto Venr. Obrgdº

*C. G. Wicander*

---

3.5.1 – 31 de março de 1919  
Carta da Wicander, insurgindo-  
-se contra o imposto sobre as  
exportações do concelho e fa-  
lando da crise provocada pela  
guerra.





O ministro do trabalho tendo á sua direita o alferes sr. Pessoa e á esquerda o 1.º tenente sr. Luz e o sr. Eduardo Ramires, um dos diretores da Nova Companhia Nacional de Moagens, saindo dos nossos escritórios e dirigindo-se ao local onde está instalada a cosinha da «Sopa para os Pobres».

## IV APOIO SOCIAL





ADMINISTRAÇÃO DO CONCELHO

DO

SEIXAL

N.º 1209

# SERVIÇO DA REPUBLICA

Seixal, 29 de Setembro de 1916

Ex.º Sr. Presidente da Comissão Executiva  
da Câmara Municipal deste Concelho

Seixal

ENTRADA

2-9-1916

Esta quantia ficou  
depositada na mão  
do Sr. Juiz interino  
da Câmara, Thomaz José  
Ferreira, em 29 de Setembro  
de 1916 - que d'ela  
passou declaração de  
recebimento ao Sr.  
Juiz da Administração,  
na mesma data.

C. Lima

Tendo o Club Recreativo Amorense,  
entregado nesta administração a quantia de  
40889, producto liquido d'um espectáculo,  
realizado para um fundo de  
auxilio ás famílias daquelles que foram  
mobilizados na guerra de Africa,  
e constando que outros beneficeios se  
vão realizar para o mesmo fim, e  
um honroso café nesta administração  
e ad para arrecadação dessas importan-  
cias que devem ser distribuidas por  
esta administração a seu tempo,  
tenho a honra de enviar a quan-  
tia enviada por aquella agremiação  
a fim de ser arrecadada com seque-  
lancia, pelo facto já apontado.

4.1 – 29 de setembro de 1916  
Carta do administrador do con-  
celho para o presidente da câ-  
mara, enviando a verba entregue  
pelo Club Recreativo Amorense  
para apoio às famílias dos mili-  
tares.







JUNTA GERAL  
do  
DISTRITO de LISBOA  
\_\_\_\_\_  
Comissão Administrativa

(Circular)

ENTRADA

19<sup>em</sup> Abril 1918  
Reg.<sup>do</sup> sob o n.º 68

*Apresentado  
e afaz*

SERVIÇO da REPUBLICA

Ex.<sup>mo</sup> Snr. Presidente da Comissão Administrativa  
da Camara Municipal de

*Seixal*

Tendo a Junta Geral do Distrito de Lisboa delibe-  
rado a criação de uma "Escola Profissional de Agricultu-  
ra", internato destinado a ministrar instrução agricola  
a filhos de cidadãos mortos na guerra, a qual será subor-  
dinada ás bases transcritas a fle. 20 do Relatorio im-  
presso que junto se remete, adquiriu para tal fim, por a-  
luguer, em Agosto do ano proximo findo, a Quinta da Paiã,  
na freguezia de Odivelas. É uma vasta propriedade com  
edificações urbanas, adaptavel ao fim a que se destina.

Naturais dificuldades de varia ordem entre as quais  
as de uma vasta instalação, e as preparatorias e neces-  
sarias de uma extensa e variada cultura agricola já  
realisada, teem obstado, porem, á realisação do internato,  
que urge comece a funcionar, por isso que ha já, infeliz-  
mente, muitas crianças nas condições supra-indicadas,  
cuja admissão é instantemente solicitada a esta Junta.

Mas, para tal fim, torna-se indispensavel fazer im-  
portantes obras na Quinta da Paiã, não só de adaptação  
como tambem edificações novas, o que demanda avultado  
dispendio. E porque não convem realisá-las numa pro-

---

4.2 – 16 de abril de 1918  
Carta da Junta Geral do Distri-  
to de Lisboa para o presidente  
da comissão administrativa da  
Câmara do Seixal, apelando à  
aprovação da Câmara Munici-  
pal do Seixal à construção de  
uma escola profissional de agri-  
cultura para os filhos dos mor-  
tos na guerra.



priedade alugada, torna-se tambem necessario e de toda a conveniencia adquiri-la por compra, como é facultado na respectiva escritura de arrendamento.

Para tal fim, resolveu esta Comissão Administrativa em sua sessão de 13 do corrente, e no uso da faculdade que lhe é atribuida pelo artigo 37º da lei nº 621, de 23 de Junho de 1916, contrair um emprestimo da importancia de 70:000\$00, o qual será garantido com as percentagens adicionais de que trata o nº 2 do § 1º do artigo 57º da Lei administrativa de 7 de Agosto de 1913, nos termos do artº 38º da referida lei nº 621.

Em harmonia com o que preceitua o § unico do artº 45º da citada Lei de 7 de Agosto de 1913, carece a deliberação de que se trata, para se tornar executoria, da aprovação da maioria das Camaras Municipais. É essa autorização que esta Comissão Administrativa deliberou solicitar-vos, certa de que lh'a não negareis, tendo em vista o patriotico fim a que visa, e que será de incontestavel utilidade para todo o distrito.

Saude e Fraternidade. Lisboa, 16 de Abril de 1918.

O Presidente da Comissão Administrativa

(a) José Correia Nobre França

---

4.2.1 – 16 de abril de 1918  
Carta da Junta Geral do Distrito de Lisboa para o presidente da comissão administrativa da Câmara do Seixal, apelando à aprovação da Câmara Municipal do Seixal à construção de uma escola profissional de agricultura para os filhos dos mortos na guerra.



GOVÊRO CIVIL  
DO  
DISTRITO DE LISBOA  
SECRETARIA

1.<sup>a</sup> Repartição

N.<sup>o</sup> 28

SERVIÇO DA REPÚBLICA



Ao Exmo Snr. Administrador do Concelho de Seixal

CIRCULAR

O Exmo Governador Civil encarrega-me de dizer a V. Ex.<sup>a</sup> se sirva ordenar a imediata distribuição, por todas as freguezias e lugares importantes desse concelho, dos avisos juntos e bem assim dár a maior publicidade ao anexo 1.<sup>o</sup> que os acompanha, facultando aos interessados todos os esclarecimentos de que careçam.

V. Ex.<sup>a</sup> dignar-se-ha acusar a receção desta circular, informando acerca da distribuição dos aludidos avisos e seus efeitos.

Saúde e Fraternidade

Lisboa, 24 de Setembro de 1919

O Secretario Geral,

4.3 – 24 de setembro de 1919  
Carta do Governo Civil para o administrador do concelho, divulgando o capítulo do tratado de paz que se refere às reparações sobre danos ou prejuízos sobre os quais pode ser pedida compensação à Alemanha.



GOVERNO CIVIL  
DIREITO DE LISBOA  
SECRETARIA  
1.ª Repartição  
N.º  
ANEXO I À PARTE VIII DO TRATADO DE PAZ  
REPARAÇÕES  
De acordo com o artigo 229, pode ser pedida compensação à Alemanha por todos os danos ou prejuízos incluídos nas seguintes categorias.  
1.º.-Danos ou prejuízos causados aos civis na sua pessoa, e, em caso de morte, aos sobreviventes de quem eles eram o amparo, por actos de guerra, incluindo bombardeamento ou outros ataques levados a efeito em terra, no mar ou nos ares e todas as suas consequências directas ou por quaisquer operações de guerra dos dois grupos de beligerantes seja onde fôr.  
2.º.-Danos ou prejuízos causados pela Alemanha ou seus aliados aos civis que tenham sido vítimas de actos de crueldade, violências ou maus tratos (compreendendo os danos causados à vida ou saúde como consequência de prisão, deportação, internamento ou evacuação) seja onde fôr e, em caso de morte, aos sobreviventes de quem estas vítimas eram o amparo.  
3.º.-Danos ou prejuízos causados pela Alemanha ou seus aliados, no seu território ou em território ocupado ou invadido, aos civis que tenham sido vítimas de quaisquer actos prejudiciais à sua saúde, capacidade de trabalho ou à sua honra, bem como, em caso de morte, aos sobreviventes de quem as vítimas eram o amparo.  
4.º.-Danos ou prejuízos por qualquer espécie de maus tratos aos prisioneiros de guerra.  
5.º.-Como danos e prejuízos causados às potências aliadas e associadas, todas as pensões ou compensações da mesma natureza às vítimas militares da guerra (exércitos de terra, mar e forças aéreas), mutilados, feridos, doentes ou inválidos, e, em caso de morte, às pessoas de quem estas vítimas eram o amparo; o total das somas devidas aos Governos aliados e associados será calculado, para cada um dos ditos Governos, pelo valor capitalizado, na data em que o presente tratado entrar em vigor, das referidas pensões ou compensações, na base das tarifas em vigor em França na data mencionada.  
6.º.-Despesas feitas pelos Governos das potências aliadas e associadas com a assistência aos prisioneiros de guerra, às suas famílias ou pessoas de quem eles eram o amparo.

4.3.1 – 24 de setembro de 1919  
Carta do Governo Civil para o administrador do concelho, divulgando o capítulo do tratado de paz que se refere às reparações sobre danos ou prejuízos sobre os quais pode ser pedida compensação à Alemanha.



7ª.-Subvenções dadas pelos Governos das potências aliadas e associadas às famílias ou outras pessoas dependentes dos mobilizados ou pessoas que serviram nos exércitos; o total das somas que lhes são devidas em cada um dos anos civis em que as hostilidades tiveram lugar, será calculado, para cada Governo, na base da tarifa média aplicada em França, durante o referido ano, para os pagamentos desta natureza.

8ª.-Danos ou prejuizos causados aos civis por virtude da obrigação, que, pela Alemanha ou seus aliados, lhes tenha sido imposta, de trabalhar sem uma justa remuneração.

9ª.-Danos ou prejuizos causados em quaisquer propriedades situadas onde quer que seja, e pertencentes a qualquer das potências aliadas ou associadas ou aos seus nacionais (exceptuando as obras militares ou navais) que fôram arrebatadas, confiscadas, danificadas ou destruídas por actos da Alemanha ou seus aliados em terra, no mar ou nos ares, ou danos ou prejuizos directamente consequentes de hostilidades ou quaisquer operações de guerra.

10ª.-Danos e prejuizos causados aos civis sôb fôrma de tributos, multas ou exações similares da Alemanha ou seus aliados, em detrimento das populações civis.

-Danos ou prejuizos causados aos civis por virtude da obrigação, que, pela Alemanha ou seus aliados, lhes tenha sido imposta, de trabalhar sem uma justa remuneração.

-Danos ou prejuizos causados aos civis por virtude da obrigação, que, pela Alemanha ou seus aliados, lhes tenha sido imposta, de trabalhar sem uma justa remuneração.

-Danos ou prejuizos causados aos civis por virtude da obrigação, que, pela Alemanha ou seus aliados, lhes tenha sido imposta, de trabalhar sem uma justa remuneração.

-Danos ou prejuizos causados aos civis por virtude da obrigação, que, pela Alemanha ou seus aliados, lhes tenha sido imposta, de trabalhar sem uma justa remuneração.

-Danos ou prejuizos causados aos civis por virtude da obrigação, que, pela Alemanha ou seus aliados, lhes tenha sido imposta, de trabalhar sem uma justa remuneração.

11ª.-Danos ou prejuizos causados aos civis por virtude da obrigação, que, pela Alemanha ou seus aliados, lhes tenha sido imposta, de trabalhar sem uma justa remuneração.

12ª.-Danos ou prejuizos causados aos civis por virtude da obrigação, que, pela Alemanha ou seus aliados, lhes tenha sido imposta, de trabalhar sem uma justa remuneração.

13ª.-Danos ou prejuizos causados aos civis por virtude da obrigação, que, pela Alemanha ou seus aliados, lhes tenha sido imposta, de trabalhar sem uma justa remuneração.

14ª.-Danos ou prejuizos causados aos civis por virtude da obrigação, que, pela Alemanha ou seus aliados, lhes tenha sido imposta, de trabalhar sem uma justa remuneração.

15ª.-Danos ou prejuizos causados aos civis por virtude da obrigação, que, pela Alemanha ou seus aliados, lhes tenha sido imposta, de trabalhar sem uma justa remuneração.

16ª.-Danos ou prejuizos causados aos civis por virtude da obrigação, que, pela Alemanha ou seus aliados, lhes tenha sido imposta, de trabalhar sem uma justa remuneração.

4.3.2 – 24 de setembro de 1919  
Carta do Governo Civil para o administrador do concelho, divulgando o capítulo do tratado de paz que se refere às reparações sobre danos ou prejuizos sobre os quais pode ser pedida compensação à Alemanha.



SERVIÇO DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DA GUERRA  
2.ª Direcção Geral-1.ª Repartição

Lisboa, 17 de Janeiro de 1920

Mo Sr. Administrador do Concelho do

SEIXAL

Ne 199 /  
753

Na resposta deve atender-se  
ao determinado nos §§ 3.º e 4.º  
do art.º 53.º da 4.ª parte do  
R. G. E.

Encarrega-me Sua Ex.ª o General Director  
de dizer a V. Ex.ª para conhecimento d os interessad os  
Felizarda Maria Soares e seu filho Armenio,  
residentes na freguesia da Amora, viuva e or-  
fão do soldado nº 229 da 2ª companhia do re-  
gimento de infantaria nº 2, Vicente Tomaz  
que segundo informa a Direcção Geral da Contabilidade Pública,  
foi-lhe concedida por Despacho Ministerial de 2 do cor-  
rente,  
a pensão mensal provisória de sangue, da importância de  
---\$--- cujo abono lhe foi mandado fazer pela  
Direcção de Finanças do Districto de Lisboa  
com vencimento a partir de 24 de Abril  
de 1918, dia imediato ao do falecimento do seu  
legatario, devendo entender-se directamente com  
aquella Direcção para recebimento da referida

1382-19-F. & C.

4.4 – 17 de janeiro de 1920  
Carta da Secretaria da Guerra  
para o administrador do con-  
celho, informando do valor da  
pensão atribuída à viúva e órfão  
de um militar morto na guerra.



penção.

Saúde e Fraternidade

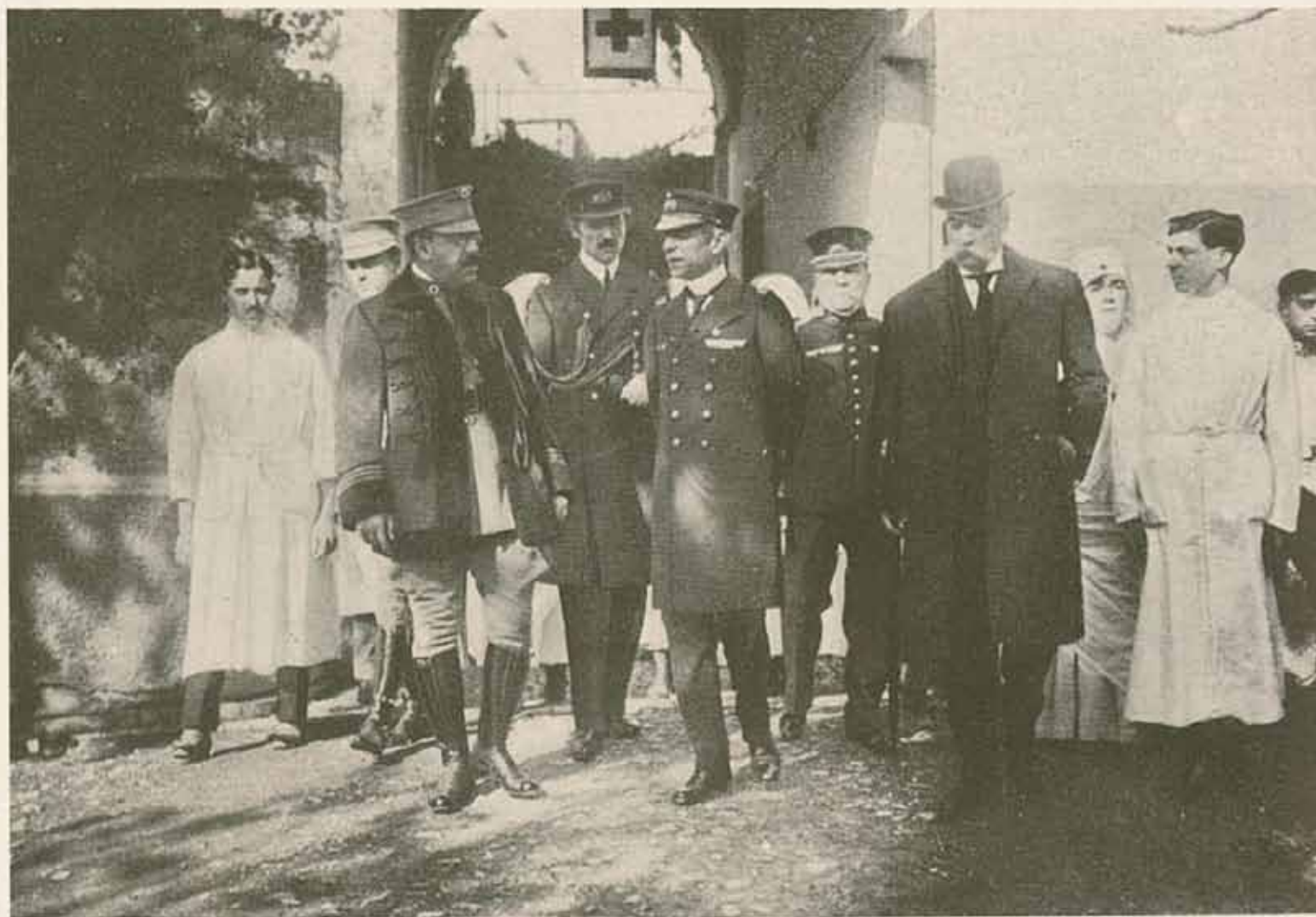
Pelo Chefe da Repartição,

Antonio Joaquim Bezerra Junior  
Cap.



4.4.1 – 17 de janeiro de 1920  
Carta da Secretaria da Guerra  
para o administrador do con-  
celho, informando do valor da  
pensão atribuída à viúva e órfão  
de um militar morto na guerra.





*No Orfanato da Cruz Vermelha.—O chefe do Estado, almirante sr. Canto e Castro, tendo á sua direita o capitão sr. Afonso Dornelas e á esquerda o general sr. Joaquim José Machado; no segundo plano, um oficial de marinha, ajudante do sr. presidente da Republica, e o coronel sr. Costa Pereira.*

## V PNEUMÓNICA



# SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO

## DIRECÇÃO GERAL DE SAÚDE

No intuito de coordenar as indicações provocadas pela epidemização da influenza pneumónica, sucessivamente recomendadas às autoridades sanitárias, se formulam as instruções seguintes:

I—Todos os médicos devem participar às subdelegações respectivas, em Lisboa e Pôrto às delegações, a aparição na sua clínica de casos epidémicos de influenza e fazer a declaração expressa dos casos observados de influenza pneumónica e do seu modo de terminação, no teor disposto para as moléstias de notificação obrigatória. Esta obrigação sanitária abrange os médicos militares e directores dos hospitais civis e militares. O subdelegado, ou quem suas vezes fizer, transmitirá telegraficamente a súmula destes dados à delegação competente que os enviará pela mesma via à Direcção Geral de Saúde, prestando as informações necessárias para que se possa avaliar da extensão e intensidade da epidemia.

II—Não dispõe ainda a ciência de profilaxia específica ou especial contra contágio tam difusivo, mas subsistem as normas da higiene geral—a beneficiação e a desinfeção. Merece cuidados a limpeza da povoação e das casas, e lance-se mão da desinfeção até onde os casos o exijam e as circunstâncias o permitam. O isolamento está indicado, sobretudo nas formas pulmonares. Evitem-se até onde possa ser aglomerações e contactos. Como profilaxia individual, não deixe de lembrar-se o uso de gargarejos, mentolados, oxigenados ou salgados.

A migração militar e a migração agrícola têm concorrido para a disseminação do mal; aquela está nas mãos da autoridade militar o impedi-la; a segunda será submetida à vigilância da autoridade sanitária, de modo a combater os seus efeitos pela hospitalização e pela observação.

III—Para os casos graves, sobretudo quando peca o domicílio e faltam os recursos, está indicada a hospitalização que satisfaz à dupla indicação do tratamento e do isolamento. É a arma mais eficaz de que dispomos para a atenuação do flagelo. Onde haja hospital é aproveitá-lo para os epidemiados; onde o não haja ou não chegue, institua-se onde possa ser, requisitando a autoridade administrativa o prédio apropriado nos termos legais, assim como camas e roupas. Obtenha-se das corporações locais a sua cooperação pessoal e material; o subsídio restante será solicitado pelas vias competentes. Para a condução

dos doentes, onde oficialmente não haja serviço organizado ou prestável, como o dos bombeiros e Cruz Vermelha, requirite localmente a autoridade administrativa os meios de transporte aproveitáveis.

IV—Organize-se em cada concelho a assistência clínica com os médicos municipais e com os outros médicos que porventura existam no concelho, civis ou militares, a quem deve ser suscitado o conteúdo do artigo 61.º do regulamento geral de saúde. Apele-se mesmo para os médicos já retirados do exercício activo mas ainda válidos, para que se compadeçam da calamidade pública e cuidem, até onde possam, dos míseros que reclamam tratamento. A autoridade sanitária está autorizada a contratar médicos estipiendiados para serviço, quando não sejam médicos municipais nem militares em exercício. Na falta ou insuficiência dos médicos oficiais e particulares, requirite a delegação de saúde os assistentes necessários pela via que lhe esteja indicada.

V—A área do concelho será dividida em zonas médicas e farmacêuticas, a cada uma das quais, para assistência dos pobres, corresponda um médico e uma farmácia. Na receita que formular para os necessitados, o clínico inscreverá o sinal de *gratis*, e o farmacêutico cobrará cada mês o seu importe em face da apresentação das receitas. O médico poderá, também, premunir-se dos remédios transportáveis e deixá-los no acto da visita. A autoridade promoverá que as farmácias estejam providas dos medicamentos mais usados, tais como sais de quinina, sais amoniacais, sais purgantes, empôlas de cafeína, empôlas de óleo canforado, mostarda, linhaça, etc. A autoridade intimará as farmácias a não aumentarem os preços dos medicamentos.

No caso de falta de transportes para médicos, a autoridade administrativa requisitará os que houver localmente por urgência de saúde pública.

VI—Para acudir aos necessitados as autoridades distritais e concelhias, assim como as câmaras municipais, dirigir-se hão às pessoas caritativas e remediadas, constituindo comissões de socorro, cuja falta tanto se está fazendo sentir.

Direcção Geral de Saúde, 29 de Setembro de 1918.

O Director Geral,  
*Ricardo Jorge.*

5.1 – 29 de setembro de 1918  
Edital da Direção Geral de Saúde, dando indicações sanitárias para prevenir a infecção influenza pneumónica.



Recbido 26/10/18

26 de out. de 1918

N.º 112

Ex.º Sr. Administrador do Con.º de Seixal  
Telegraphos. Civil  
26-10-1918

Resposta

26-10-18  
Requerer ao delegado, autoral  
fórmula de recorreção, em Seixal

A epidemia recente alarmou intima-  
mente por todo o Concelho. O numero d'óbitos  
por complicações bronco-pulmonares, são ja  
numerosos. Ha um progressivo augmento  
de casos d'uma dia para o outro. Para isso  
contribue, no primeiro plano, a falta d'um  
hospital d'internamento os doentes atacados d'estas  
complicações. Por em 14, por officio do M.º  
V.º, é bairado na lei para q' possa immediatamente  
requisitar um motor para internamento dos doentes  
bem assim um meio de transport.º para a casa,  
onde se ja se possa ser uma moto com sid-car,  
ou um automovel visto o serviço por fazer ser os  
motos. Mais uma vez sendo repa- do o cum-  
primento imediato das m.ºs solicitações apressa-  
tando a reavaliação para lamentar e protestar contra  
a incúria e desleixo com q' os tratados doentes  
e tamamto importantes.

Sua a.º e.º  
O sub-delegado de saúde  
Alvaro Fernandes de Barros

5.2 – 26 de outubro de 1918  
Carta do delegado de Saúde  
para o administrador do con-  
celho, pedindo a criação de um  
hospital para o tratamento dos  
doentes com gripe.









SUB-DELEGAÇÃO DE SAÚDE  
DO CONCELHO DO  
SEIXAL

## Serviço da Republica

de ..... de 19.....

- 2 -

N.º .....

..... a qual se repete a reclamação e queilha do local para  
incumida com que se tem custado d'ut tão importante  
ramo d'higiene. No povo existe todo o ceto a corpos  
estranhos, e em muitos instantaneamente a inquinção da  
sua agua. As lavadeiras d. para junto d'el r. de l. e  
apenas d. em officio transmitt, em ter instado para que  
fama prohibida d. para d'el sancionem o seu minto,  
continua constituinte um foco grande d'infeccão  
de tão boas aguas, noquanto ali se lavada indistinctu-  
tamente todas e quaesque roupas, serviam, em um e  
muitos portadores d. moléstias infecto-contagiosas!

Uy, pois d. a Camara de sua presidencia se resolve  
a cumprir, conforme <sup>lei que</sup> lhe impõe essa obrigação, as de-  
terminações das autoridades tecnicas no assunto. Mande  
d. de limpar o referido local e bem assim todos aquelles  
que de tal carecerem e reparar-lhes as cupulas e reser-  
guarda por fim a que aquelles municipes d. assim  
o desejam trindam a cortejo e poderem utilitar no  
seu consumo domestico agua d regular qualidade e  
pura!

Mto pinto p. o qual eu chamo particularmente a  
enlaxação attenta da Camara da presidencia d. P. G.

5.3.1 – 28 de setembro de 1918  
Carta do delegado de Saúde  
para o presidente da câmara,  
alertando para o deficiente esta-  
do sanitário do concelho.





- 3 - de de 19

N.º ..... é o que se repete a' remoção e escolha do local para  
os rejectos e detritos das habitações. Pode admitir-se  
per ventura que n'uma terra, para fora a civilização,  
a mi pouco a pouco, se empregar ainda a nociva  
repugnante e asquerosa da Tipula da casa a ser des-  
pejada para o rio com a maior das semcerimonias  
a toda e a qualquer hora do dia, saturando o ambiente  
de projectos de tão desagradavel e repugnante aroma?...  
Ja em tempo tambem me dirigiu officialmente (e verbal-  
mente ao presidente) alertando = a' falta de realisação  
do rede geral e canalisação q' uma ligação particular  
p' cada pueblo = a pratica de um canal sempre que  
percorrendo as ruas da vila reunem os rejectos; e quando  
vão ao rio debem por-se ja em pratica, ao menos em se-  
manais expressamente o empregar Tipulas da casa a outra  
hora q'... nos dias de outubro a março, somente depois  
das 21 horas e nos outros meses do anno depois das 23.  
A variegura das ruas e tambem uma ~~seriedade~~ que  
merce ser beneficiada: isto nunca deve ir durante  
nos outros meses outubro a março além das 10<sup>h</sup> e nos ou-  
tros além das 8 = Outros assuntos t'ho ainda q' me  
apreciaes de f'rações, o titulo de amparo, a alameda que  
V. S. e seu V. S. C. Grego Lige e os tres assuntos capitais  
Adm. - Pol. - Econ. - San. - Educ. - e a  
Abraço Respeitoso e leal.

5.3.2 – 28 de setembro de 1918  
Carta do delegado de Saúde  
para o presidente da câmara,  
alertando para o deficiente esta-  
do sanitário do concelho.



Club Recreativo Amorense

COMISSÃO DE SOCORROS

AOS

Epidemiades da Freguesia d'Amora

Ex.<sup>ma</sup> Sr.

CIRCULAR

Doc.<sup>to</sup> N.<sup>o</sup> 1

ENTRADA

29 Outubro 1918  
Reg.<sup>o</sup> sob n.<sup>o</sup> 271

Os corpos gerentes do *Club Recreativo Amorense*, reunidos extraordinariamente para apreciarem a situação terrível em que a epidemia actual, que com tanta facilidade se desenvolve e acentuou na Amora, vai colocando muitas famílias da nossa terra ou aqui residentes, resolveu tomar a iniciativa de promover, por meios ao seu alcance, dos seus consócios e em geral de todos aqueles a quem possa recorrer, socorros aos indigentes atacados da «gripe-pneumônica» e a compra de artigos destinados não só a suavisar as agruras dos que já hoje lutam com as consequências de tão perniciosa doença, como a prevenir dela todos aqueles que por suas condições especiais menos resistência lhe possam oferecer.

Neste sentido, os mesmos corpos gerentes da referida colectividade, chamam gostosamente a si o encargo de se constituírem em comissão especial para levarem a efeito os fins propostos e acordam entre si tomarem a designação oficial de **Comissão de Socorros aos Epidemiados da Freguesia d'Amora**, resolução e iniciativa estas que se permitem levar ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup>, certos de que a humanidade e a generosidade de V. Ex.<sup>a</sup> uma das mais excelentes ocasiões manifestar.

O auxilio providencial com que V. Ex.<sup>a</sup> se digné corresponder ao nosso apêlo ser enviado á *C. S. E. F. A. — Club Recreativo Amorense — Amora*.

Amora. *Club Recreativo Amorense*, aos 20 de Outubro de 1918.

Pela Comissão de Socorros  
aos Epidemiados da Freguesia d'Amora

Damião J. Valdez Mendes  
JACINTO RODRIGUES

5.4 – 20 de outubro de 1918  
Carta do Club Recreativo Amorense para o presidente da câmara, informando da criação da Comissão de Socorro aos Epidemiados da Freguesia de Amora.





*O sr. dr. Sionio Paes, que ostentava a torda azul e o colar da Torre Espada, saindo da Basílica da Estrela, onde foi assistir ao Te-Deum em ação de graças pela vitória dos aliados, agradece militarmente as entusiásticas manifestações de que é alvo.*

## VI HOMENAGENS





ENTRADA

M 8 1915  
Reg.º 101 e L.º 226.

Ex<sup>ma</sup> Sn<sup>r</sup> Presidente e dign<sup>mos</sup> vereadores  
da Camara Municipal do Seixal.

Devido regressar a sua patria, no proximo  
dia 24 do corrente. O grande heroe que sabe  
honrar o verdadeiro nome de portuguez, o  
que muito nos honra, e este, Tenente Aragão  
e todos os seus leaes e honrados compaheiros  
aquem Lisboa irã saudar o seu regresso  
com grandiosas manifestações de simpatia  
de que são dignos, os grandes combatentes  
de Namida.

Considerando esta junta ter um dia de gló-  
ria nacional vem pedir a ex<sup>ma</sup> camara  
da vossa prudencia, para que esse dia  
seja de extraordinario, feriado e apelando  
para o patriotismo do commuicio por ente-  
nuidio, da mesma, pedindo o encerramento  
geral, dando assim o Seixal mais uma  
vez, prova de que amam, todos aquelles que  
desejam a redenção da sua patria.

Saude e Fraternidade.  
Seixal 11 de agosto de 1915.

Presidente  
Antonio Perreira Limoes

6.1 – 11 de agosto de 1915  
Carta do presidente da Junta de  
Paróquia do Seixal para a câ-  
mara municipal, solicitando que  
seja decretado feriado em honra  
do tenente Aragão, que regressa  
a Portugal.





## OFERTA DUMA BANDEIRA PORTUGUESA À CIDADE DE LILLE

ENTRADA

31-Julho-1919

Reg.º 1.º 141

2650

Volte: tem  
alita da sub-  
ençar

fig. nº 1  
f.º 1º

em 14-10-1919

Ex.<sup>mo</sup> Sr.

*Presidente da Câmara Municipal de  
Lille*

Os oficiais e soldados portugueses prisioneiros dos alemães, de regresso à Pátria, desejam oferecer à cidade de Lille uma bandeira portuguesa, como testemunho da imensa gratidão pelo comovente carinho e profundo respeito com que os seus habitantes os acolheram à sua passagem pela cidade em 9 de Abril de 1918.

Nesse sentido o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Capitão Maçãs Fernandes, delegado dos oficiais e encarregado da propaganda no Norte, dirigiu-se à Junta Patriótica, pela elevada consideração que ela lhe merece, afim de que a Junta iniciasse e efectivasse tal manifestação, a mais elevada e significativa e a que mais deve calar ao coração da França, por ser o símbolo da Pátria Portuguesa o que se lhe oferece.

A Junta não podia deixar de abraçar tão simpática ideia e, perfilhando-a, como é do dever de todos os portugueses, pede, não só a adesão material de V. Ex.<sup>a</sup>, por pequena que seja, mas a dos amigos e pessoas de suas relações, afim de que a bandeira a oferecer represente a comunhão do sentir de todos os portugueses, como prova de gratidão e reconhecimento a uma das mais belas e sacrificadas cidades da França, pelos carinhos dispensados aos nossos queridos expedicionários.

Para tal efeito encontra V. Ex.<sup>a</sup> anexa a respectiva lista de subscrição.

Porto, 20 de Abril de 1919.

O Presidente da Comissão Executiva  
da Junta Patriótica do Norte,

*Alfredo d'Almeida*

6.2 – 20 de abril de 1919  
Carta da Junta Patriótica do Norte para o presidente da câmara, pedindo colaboração para que os soldados portugueses prisioneiros ofereçam à cidade de Lille uma bandeira portuguesa.



# HOMENAGEM À CIDADE DE LILLE

Entrevista pedida ao Presidente da Comissão  
Executiva da Junta Patriótica do Norte pelo  
Ex.<sup>mo</sup> Sr. Capitão Maçãs Fernandes.

(Extracto dos jornais do Pôrto, de 8 e 9 de Abril de 1919)

Este ilustre official, com quem tínhamos trocado ligeiras impressões sobre o assunto por ocasião da sua estada no Pôrto, como official ás ordens do Ministro da Guerra, apóz a vitória republicana de 13 de Fevereiro, procurou-nos para propôr à *Junta Patriótica*, como consideração pela sua obra, que ela tomasse a iniciativa de testemunhar à gloriosa cidade de Lille o agradecimento dos officiaes e soldados portuguezes, pelo carinho e amor com que acolheram a sua passagem por essa cidade em 9 de Abril de 1918, quando prisioneiros dos alemães.

— Capitão, agradeço-lhe a honrosa deferência à obra da *Junta* e creia que esta fica incondicionalmente ao dispôr de V. Ex.<sup>a</sup> e dos seus illustres companheiros de armas, mas diga-me as origens e razões de tão simpática attitude?

E o distinto official, pondo nas suas palavras um calor de gratidão intensa, tal como o que penetrou fundo no coração de todos os seus camaradas, diz-nos:

— E' sempre com satisfação que relato o acolhimento que a nós, prisioneiros de guerra, foi feito pela população da cidade de Lille, então occupada pelos alemães, tão belo e impressionante elle foi.

A população de Lille, conhecendo quão fortes eram as necessidades que os prisioneiros de guerra experimentavam na Alemanha e, vendo nos prisioneiros portuguezes que passavam, cidadãos que momentos antes, ao lado dos francezes, pela mesma causa comum se vi-nham de bater, acolhia-os com respeito e comovente carinho.

Os homens descobriam-se e as senhoras, umas atiravam para os prisioneiros com pão, tabaco e peças de roupa, enquanto que outras traziam junto das nossas colunas copos com cerveja, refrescos, etc.

— Mas... capitão, como é que as tropas alemãs de occupação recebiam essas provas de humanidade e confraternização?

— Era com sacrificio que essas demonstrações de carinho se realizavam, pois a guarda que acompanhava os prisioneiros maltratava quem as procurava praticar. Eram frequentes os casos em que senhoras, depois de agredidas com lanças, pelos soldados alemães a cavallo, voltavam a procurar lançar os objectos, que momentos antes lhes tinha sido impossivel fazer chegar ás mãos dos prisioneiros.

Entre os muitos episódios que encheram de gratidão os nossos companheiros vou-lhe relatar um, tipico e comovedor e em que se revela bem toda a galanteria e delicadeza da alma feminina da França:

Muito próximo de mim, veiu uma rapariga dos seus 16 anos, que, com grandes precauções, me consegue mostrar, escondido debaixo do avental, um pequeno pedaço de pão, indicando-me que mo ia atirar.

Fiz-lhe sinal que o não fizesse e convenci-me que a rapariga tinha acatado essa indicação, pois a seguir, afastando-se, entrou numa casa. Feriu-me contudo a attenção, o facto dela não se despedir e, momentos depois, eu vi-a novamente, marchando no passello, ao lado da coluna dos prisioneiros, sorrindo-se constantemente e, ao querer-lhe parecer que o momento era favoravel, lançou-me um pequeno embrulho que consegui agarrar.

Pobre rapariga! Um guarda, que presenciou o caso, corre para ela vibrando-lhe num hombro uma forte pancada com a sua lança e tão forte que a rapariga cae por terra.

A maldade d'esse guarda não pára aí: apeando-se, esbofetela a rapariga. A coluna continúa seguindo e dispense-me V. Ex.<sup>a</sup> de lhe dizer quanto sofri nesse momento.

Pastados talvez uns dez minutos de marcha, levando gravada para sempre a imagem do que tinha presenciado, vejo novamente essa bela rapariga, com o rosto ferido a dizer-me adeus.

Agradei-lhe comovido mais essa gentileza, dando-lhe a perceber a minha mágua pelo que lhe succedera, e a rapariga, com o rosto onde havia vestígios de sangue, sorrindo constantemente e apontando-me para elle, gritou: *Ça ne fait rien*.

— Admiravel, capitão, é intensamente expressivo o belo gesto dessa gentil francesinha: por si só diz tudo e sintetisa admiravelmente não só a grandeza moral e emotiva da França, mas a simpatia e o amor com que acolheram os seus irmãos em raça — os portuguezes — que, cheios de entusiasmo e com tanta llaldade combateram a seu lado pelo mesmo ideal de libertação e de justiça.

— Mas, meu caro doutor, casos como este houve muitos, que foram relatados, em França, no nosso quartel general, por outros officiaes. Há portanto de facto obrigação de agradecer á cidade de Lille o acolhimento feito aos prisioneiros portuguezes tão quente e tão carinhoso elle foi.

— Estou absolutamente de acôrdo e a sua exposição completa admiravel e convincentemente o pensamento em que, muito de passagem, mas com certeza de acolhimento por parte da *Junta*, me falou por ocasião do nosso primeiro encontro. Mas já resolveram a fórma de agradecimento à nobilíssima cidade franceza?

— Sem dúvida! Entre os meus camaradas ganhou vultio e fixou-se a ideia de oferecer a essa cidade uma bandeira portuguesa, testemunho eterno da nossa eterna gratidão. E que lhe parece ao doutor?

— Aplaudo calorosamente a ideia; a nossa bandeira diz o que somos, os nossos ideais; resume as nossas glórias e as nossas aspirações democráticas. Foi com ella que se fez a propaganda da guerra; foi com ella e por ella que os portuguezes se bateram em França e em Africa, servindo a causa da humanidade. Essa oferta, melhor que qualquer prenda, por muito valiosa que fosse, fala ao coração da França porque é o nosso próprio coração que lhe oferecemos. Mas como lhe parece que será acolhida a ideia por aqueles a quem V. Ex.<sup>a</sup> e já agora a *Junta* e com ella todos os portuguezes desejam testemunhar a sua gratidão?

— Bem, mesmo muito bem!

A França abraça sempre com enthusiasmo todas as ideias que visam a estreitar os laços de solidariedade entre povos que teem as mesmas aspirações e a mesma nobreza de sentimento. Falei em França com bastantes habitantes e naturais de Lille: todos mostraram íntima satisfação em saber que uma bandeira portuguesa iria para sempre ser conservada, em Lille, como recordação da passagem por França das tropas portuguezas!

Bem recentemente, há dias apenas, foi em Lisboa oferecido um almoço aos officiaes estrangeiros em serviço no nosso Estado-Maior e para o qual eu fui convidado.

Já não me recordo como, mas o que é certo é que alguém falou na manifestação á cidade de Lille: estava presente o capitão francez Armand Aertz, dessa cidade. Não imagina o enthusiasmo com que acolheu a ideia, pedindo-me que não me esquecesse de o avisar do dia em que seria feita a entrega da bandeira pois desejava estar presente e associar-se á alegria com que os seus conterrâneos iriam receber e guardar religiosamente a bandeira da nação amiga e briosa que auxillou a França.

— Muito bem e mãos á obra! Qual é, porém, o seu plano de propaganda?

— Da propaganda no norte fui eu o encarregado. Mas como já lhe disse, entendo que a *Junta Patriótica*, a primeira das organizações de guerra, única pela sua dupla acção de propaganda e assistência, deve ser dada a iniciativa do movimento. Ella, com o seu forte amor pátrio e com o seu desejo ardente de elevar o nome de Portugal, saberá imprimir calor e vida á nossa ideia para que ella se exteriorise com tanta grandeza, quão íntima é a nossa gratidão.

Da propaganda no sul encarregar-se-há o distinto advogado DR. CARLOS OLAVO, que se desempenhará dessa missão com brilho, pois ao seu serviço colocará a sua fulgurante intelligência e o seu coração de grande patriota!

— Muito obrigado pela confiança que depositou na *Junta* e pela consideração que ella lhe merece; nós seremos apenas o estímullo do movimento que tem no patriotismo de todos os portuguezes e dos jornais a quem vamos recorrer, a sua fonte eterna e fecunda de grandeza pátria.

E assim terminou a entrevista a que assistiram os membros da *Junta* que na occasião foi possível reunir: os SRS. DRS. SANTOS SILVA, AARÃO DE LACERDA e MÁRIO DE VASCONCELOS e SA, os SRS. NAPOLEÃO DA MATA e CAPITÃO DIAS PIMENTEL.

Foi decidido logo iniciar o movimento, e a *Junta*, que subscreveu com a quantia de 200\$00, empenha-se por que a prova de gratidão dos officiaes portuguezes esteja á altura do intenso carinho com que foram tratados e de que elles se mostram altamente reconhecidos.

*Noblesse oblige*. — Não pode ser mais bela a ideia nem mais asado o momento de a realizar e por isso a *Junta Patriótica* conta em absoluto com o auxillio de V. Ex.<sup>a</sup> de quem se subscreve muito attento e venerador

PROF. ALBERTO DE AQUIAR,  
Presidente da Com. Executiva da *Junta Patriótica do Norte*.

6.2.1 – 20 de abril de 1919

Carta da Junta Patriótica do Norte para o presidente da câmara, pedindo colaboração para que os soldados portuguezes prisioneiros ofereçam à cidade de Lille uma bandeira portuguesa.



De. <sup>ind.</sup> <sub>m.</sub>

Presidente da Direcção da Sociedade  
Musical União Seixalense

Seixal

5 junho 19

184

Desejando o povo republicano desta vila  
prestar uma sessão solene no pra-  
cipio Domingo pelas 12 horas e sem fan-  
tar em homenagem aos soldados que  
regressaram do front, bem como descer  
em uma placa de uma rua e em a  
rua do grande propagandista An-  
gusto José Vieira, logo a Direcção se dirige  
propor que a filarmónica que dirige,  
abrilhante tão gratificante festa.

O desceramento da placa far-se-á  
às 12 horas e cortejo para da Praça da  
República

Com a Fraternidade  
O Adm.<sup>m</sup> do Concelho

para para o Senhor Seixalense

6.3 – 5 de junho de 1919

Cópia da carta enviada pelo ad-  
ministrador do concelho à Dire-  
cção da Sociedade Musical União  
Seixalense, pedindo à respetiva  
filarmónica para abrilhantar a  
homenagem que o povo do Sei-  
xal vai fazer aos soldados que  
regressaram da guerra.



SECRETARIA Ao Snr. Administrador do concelho de *Lisboa*3.<sup>a</sup> Repartição

N.º 13

A Comissão Técnica de Infantaria incluiu no seu programa de consagração dos mortos da sua arma, na grande guerra em Angola, França e Moçambique (1914 a 1918) a publicação do LIVRO DE OURO DE INFANTARIA, sendo o custo de cada exemplar 2400.

Este Livro de Ouro de Infantaria, representa uma comovente homenagem aos 3000 mortos de infantaria, a as qualidades táticas da mesma arma; contém os nomes dos oficiais e praças que deram a vida pela Patria; é uma expressão reconhecida do nosso respeito por aqueles que nobilitaram e cumpriram o seu grande dever de soldados e de portugueses, que tiveram a honra sublime de cair frente ao inimigo.

E S. Ex.<sup>a</sup> o Governador Civil em cumprimento do of.<sup>o</sup> da Direcção Geral de Administração Política e Civil de 2.<sup>a</sup> de junho ultimo, incumbem-me de lhe recomendar que se sirva remeter a esta Secretaria uma relação em duplicado, da qual conste:

1.<sup>a</sup>-Se a Camara Municipal d'esse concelho, deseja adquirir o Livro de Ouro de Infantaria.

2.<sup>a</sup>-Nomes e moradas das pessoas que queiram adquirir o Livro. Servir-se-ha portanto fazer constar o assunto da publicação de referido Livro de Ouro por todos os meios ao seu alcance, de modo a obter-se o maior exito possível, n'um assunto de tanta magnitude, a despertar o mais vivo e entusiastico interesse de todos os portugueses.

As informações exigidas, devem ser enviadas a esta Secretaria até 15 do corrente mez de julho.

Saude e Fraternidade  
Lisboa, 9 de julho de 1920.

O Secretario Geral

6.4 – 9 de julho de 1920

Carta do Governo Civil para o administrador do concelho, divulgando o *Livro de ouro da Infantaria*, editado para servir de contributo para o conhecimento da participação de Portugal na Guerra.